



O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0600681-85.2020.6.26.0001 em 24/09/2020 13:21:18 por AMARILIS BRITO COSTA
Documento assinado por:

- AMARILIS BRITO COSTA

Consulte este documento em:
<https://pje1g.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
usando o código: **20092413211576200000006589367**
ID do documento: **7003803**



PROGRAMA DE GOVERNO BOULOS E ERUNDINA 2020



PREFEITO

BOULOS 50

ERUNDINA VICE



HORA DE VIRAR O JOGO EM SÃO PAULO

São Paulo é, hoje, o retrato do abandono e de profundas desigualdades. Realidade que se mostrou ainda mais gritante diante da pandemia do novo coronavírus. É por isso que não dá mais para aceitar que a cidade seja governada do mesmo jeito dos últimos anos, e que a Prefeitura siga dando as costas à enorme parcela da sociedade que vive esquecida nos bairros mais afastados nas quatro regiões da periferia. É hora de quebrar a lógica do abandono e fazer da periferia o centro das atenções e das decisões do município. Há 30 anos, como a primeira mulher eleita prefeita de São Paulo, Luiza Erundina mostrou que era possível governar com e para as pessoas e, ao mesmo tempo, não pactuar com grandes esquemas que só interessam a alguns e deixam a qualidade dos serviços públicos em segundo plano. Hoje, três décadas depois, isso se tornou mais urgente e necessário.

O Programa de Governo de Boulos e Erundina 2020 põe fim ao histórico de exclusão e aponta o caminho para virar o jogo. Ele une experiência e coragem. Resgata boas práticas e políticas da gestão Erundina e avança em novas ideias e propostas que respondem ao abandono que se agravou nos últimos anos. Nosso comprometimento é construir uma cidade antirracista, sem machismo e pelo fim da violência contra os LGBTI+. Não pretendemos esgotar, neste documento, o conjunto de medidas necessárias às mudanças que a cidade de São Paulo precisa. O programa parte do acúmulo de debates internos, do

PSOL e dos movimentos sociais, e amplia ao chamar a sociedade a construir o projeto de cidade que queremos.

São Paulo é a cidade mais rica da América Latina, contando com orçamento de quase 70 bilhões de reais por ano. Cifra que faz do município a quinta maior riqueza no país, ficando atrás apenas dos orçamentos da União e dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mais: a pujança econômica faz de São Paulo o município com maior independência financeira em todo o Brasil. Metade de seu orçamento vem do pagamento de impostos diretos, como o ISS e o IPTU. Isso quer dizer algo bem simples: se a cidade está abandonada e o povo, esquecido, a responsabilidade é quase toda de quem comanda a Prefeitura. Mais que em qualquer outra cidade brasileira, a caneta de prefeito tem peso e pode mudar a realidade.

Estamos enfrentando uma emergência social, sanitária, ambiental e climática de escala global, relacionada ao modo predatório de produção e consumo vigentes. A superação dessa situação passa por soluções que repensem como vivemos e para onde estamos indo enquanto sociedade. Como garantir o acesso da população à alimentação saudável (com hortas urbanas, melhor merenda nas escolas e cinturão agroecológico na zona rural de São Paulo) e a potencialização dos espaços públicos e comunitários, como parques e jardins.

Não dá para aceitar que, diante de números tão superlativos e tendo voz

ativa para fazer a diferença, São Paulo seja marcada por extremos e exiba indicadores de qualidade de vida tão díspares. Em bairros nobres, lembramos Suécia, Noruega e Dinamarca. Nos fundões da periferia, convivemos com números iguais aos dos países mais pobres do mundo. Vejamos um exemplo: em Moema, a expectativa de vida ao nascer é de mais de 80 anos, enquanto, em Cidade Tiradentes, fica abaixo de 58 anos. Não dá para aceitar que a cidade tenha mais de 25 mil pessoas morando em situação de rua ou, ainda, que quase um milhão de famílias vivam com renda familiar que não chega a meio salário mínimo.

A pandemia vivida em 2020 só escancarou o abandono e as desigualdades gritantes. Não à toa, São Paulo é a segunda cidade com mais mortes provocadas pelo novo coronavírus em todo o mundo, ficando atrás apenas de Nova York. Os números mostram que o vírus mata mais a população pobre e negra, fazendo centenas de vítimas nos bairros mais afastados, onde o isolamento social é algo utópico. As pessoas morrem mais na periferia por várias razões. Uma delas é porque não têm outra escolha além de se expor em ônibus e metrô lotados para ir trabalhar. Na prática, a periferia vive o dilema entre o vírus ou a fome.

A segunda razão é, simplesmente, porque os bairros mais distantes não têm hospitais e leitos suficientes para atender a população. O descaso com a Saúde é crônico e já se mostrava grave muito antes da pandemia. Como admitir que a cidade com uma das maiores concentrações de médicos no mundo não ofereça atendimento digno nos postos de saúde? Ou, ainda, que demore meses para se consultar com um médico especialista ou fazer um exame de imagem? Uma realidade inaceitável e que exige coragem para virar o jogo. A cidade precisa de respostas rápidas e que devem ser

dadas a partir de primeiro de janeiro. Como demonstra o Programa de Governo Boulos e Erundina 2020, o primeiro passo é ter o compromisso de quebrar os velhos esquemas – como na saúde, nos transportes, na educação e na segurança – e dar prioridade a quem, hoje, é tratado como invisível. É necessário e urgente que rompamos com a lógica de cidade que foi e vem sendo implementada ao longo das últimas décadas em São Paulo.

Nossa cidade não pode ser tratada apenas como uma mercadoria. Um modelo de gestão como o atual, que tem como eixo, no meio de uma pandemia, aumentar o caixa da Prefeitura. Trata-se de um projeto político de exclusão da maior parte da população e que encontra respaldo nas administrações estadual e federal. A gestão atual fracassou no combate à pandemia. Como resultado, perdemos milhares de vidas e aumentamos a incerteza e o medo em relação ao nosso futuro.

No lugar deste modelo, queremos que as pessoas participem, de verdade, das decisões da Prefeitura. Propomos para São Paulo um amplo processo de mobilização social e de discussão dos rumos da cidade por meio de assembleias territoriais, plenárias temáticas, fóruns e congressos temáticos, distritais e municipais, que resultam no Congresso da Cidade. Com ele, pretendemos debater democraticamente e planejar com a população os rumos da vida da nossa cidade. Estará articulado aos diversos conselhos e fóruns que hoje discutem as políticas setoriais para o município e às representações de classe e de movimentos sociais já constituídas.

Apenas 9,3% do gasto proposto para 2020 tem sua localização informada no orçamento municipal. Saber onde e quanto se gasta é fundamental para que se corrijam as distorções dos investimentos, reduzindo as desigualdades e

possibilitando a participação social. É a partir do poder popular que São Paulo vira a cidade de resistência ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia.

O Congresso da Cidade deve envolver São Paulo a partir da sua totalidade. Colocar em discussão os recursos municipais, incluindo aí os gastos com custeio e investimentos. Assim como as restrições orçamentárias do município criadas por sua dívida pública e perpetuadas perversamente pelos mecanismos de coerção para seu pagamento. A possibilidade de discussão da totalidade dos recursos municipais estará acompanhada por uma política de reorganização tributária e fiscal baseada na proporcionalidade e na progressividade da cobrança de impostos, que objetive garantir equidade na taxação, reduzir as desigualdades sociais e promover a distribuição de renda.

O programa apresenta, inicialmente, um plano para São Paulo enfrentar, a partir de janeiro, a pandemia e seus efeitos, na saúde e na economia. Entre as medidas, estão previstos: investimentos na estrutura médico-hospitalar nas regiões periféricas; reforço nas medidas de prevenção em ambientes públicos e coletivos; a instituição da Renda Solidária para cerca de um milhão de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade; a criação de frentes de trabalho para serviços de zeladoria em toda a cidade, empregando, sobretudo, pessoas que moram nas próprias regiões e estão sem emprego ou renda; apoio aos pequenos comerciantes, trabalhadores informais e de aplicativos.

São Paulo tem de reagir à pandemia, mas também ao abandono histórico. Além do Plano Vida e Renda São Paulo, o Programa de Governo Boulos e Erundina 2020 está dividido em 24 temas, respeitando diretrizes que guiaram a elaboração do conjunto de propostas

que serão implementadas a partir do ano que vem. Os dois eixos programáticos têm como fio condutor a melhoria dos serviços prestados pela Prefeitura a partir da valorização do funcionalismo público municipal. Temos o compromisso de ofertar serviços públicos que atendam aos direitos e às necessidades essenciais da população. Uma das principais características é a transversalidade das ações. A cidade, cansada de velhas promessas marqueteiras, precisa de soluções que sejam capazes de suprir as necessidades das pessoas. Um bom exemplo de transversalidade é a criação dos Centros do Futuro, espaços que serão construídos em bairros da periferia e que atenderão aos interesses da juventude, das mulheres e do público LGBTI+, oferecendo cursos de capacitação, inclusão digital e perspectiva de uma vida mais digna. Outro exemplo é fazer da Guarda Civil Metropolitana um instrumento de segurança cidadã, mais participativa e integrada ao dia-a-dia das pessoas em seus bairros. Os profissionais da GCM – atuais e novos, que serão contratados – receberão capacitação para inibir a violência contra mulher, combater o racismo e a lgbtfobia.

O Programa de Governo Boulos e Erundina 2020, detalhado a seguir, é o caminho para São Paulo virar o jogo. Depois de 30 anos, a periferia voltará ao centro das atenções, com políticas públicas que priorizam a vida das pessoas e a participação popular, dando um basta aos grandes esquemas de sempre. Depois de três décadas, é a vez do povo voltar ao comando da cidade mais rica da América Latina.

PLANO VIDA E RENDA SÃO PAULO

Combate de verdade à pandemia

A gestão Bruno Covas fracassou no combate à pandemia e seus efeitos na vida das pessoas. A Prefeitura se limitou a atuar à sombra do governo João Doria sem tomar medidas que pudessem reduzir o impacto da doença nos bairros mais pobres. São Paulo falhou na hora que as pessoas mais precisavam. Fracasso que custou milhares de vidas. Fracasso que deixou o futuro ainda mais incerto.

Descolada da realidade do povo, a gestão municipal se resumiu à hashtag FiqueEmCasa. Uma tentativa de impor o distanciamento social, porém sem ver que a maior parte da população nunca teve a escolha de fazer a quarentena. Enquanto a Prefeitura tentava tapar o sol com a peneira, muitos foram perdendo emprego e renda. A maioria precisava sair para trabalhar, enfrentando ônibus lotados e toda sorte de risco de contaminação. O mais grave: levando o novo coronavírus para casa e expondo familiares do grupo de risco. O novo normal, na periferia, era conviver com duas ameaças: a doença e a fome. Realidade ignorada pela Prefeitura e sua estratégia ineficaz e irresponsável de apostar no cômodo #FiqueEmCasa.

O resultado é desastroso. A cidade mais rica da América Latina também está entre aquelas com os maiores indicadores de contaminação e mortes. Fracasso de gestão que não ficou restrito à saúde pública e se espalhou para a falta de perspectiva e futuro, queda na renda familiar e a precarização ainda mais aguda das condições de trabalho.

A cidade precisa reagir e virar o jogo. São Paulo tem a missão de combater, de verdade, a pandemia. Preparar-se para a segunda onda – e eventual terceira – da doença. Para isso, colocaremos em prática, a partir de primeiro de janeiro, o Plano Vida e Renda São Paulo. Porque só hashtag não salva vidas, não dá um teto para morar e nem coloca comida na mesa de ninguém.

O Plano, desenhado para ser executado nos primeiros 180 dias de gestão, reúne uma série de ações e investimentos - na saúde pública, na geração de emprego e renda e na moradia e cidadania. Pela primeira vez em muitos anos, a prioridade é cuidar de toda cidade, proporcionando a mesma dignidade para todas e todos. O Renda e Vida São Paulo está dividido em três eixos, descritos a seguir.

1. Saúde Pública

- Contratação emergencial e abertura de concurso para médicos especialistas e de família.
- Intensificar os atendimentos não presenciais por Centrais de Teleatendimento, com identificação de caso, orientações emergenciais e assistência remota para garantir consultas virtuais ou domiciliares;
- Abertura de novos leitos hospitalares e de UTI nas unidades hospitalares já existentes.
- Caso a taxa de ocupação de leitos volte a subir, instituir a fila única do SUS para administração das vagas de UTI, unindo redes pública e privada da cidade.
- Ampliar o programa de testes do tipo PCR e sorologias para o novo coronavírus.
- Com a criação da vacina, implementar programa de vacinação gerido pelo município, dando prioridade aos cidadãos que se enquadram nos grupos de risco, trabalhadores de serviços essenciais e população de baixa renda.
- Se necessário, abrir novos hospitais de campanha na periferia, descentralizando o atendimento à população.
- Distribuir cestas de higiene nos bairros menos assistidos pela Prefeitura.
- Reverter o desmonte da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA) do município para maior controle e ação frente à pandemia.

2. Trabalho e Renda

- Criar o Programa de Renda Solidária, reestruturando e ampliando o programa existente para garantir que nenhuma família vulnerável em São Paulo fique sem uma renda mínima;
 - Implementar Frentes de Trabalho com contratação de mão-de-obra direta ou por meio de cooperativas, visando:
 - Serviços de limpeza urbana;
 - Serviços de saneamento básico;
 - Cuidado a idosos;
 - Reflorestamento e reparação de danos ambientais, como conservação de jardins e de áreas verdes públicas de pequena extensão;
 - Serviços de zeladoria a partir das subprefeituras;
 - Obras de moradia e infraestrutura;
- Produção agrícola orgânica para merenda escolar e outras políticas públicas de segurança alimentar;
- Confecção de uniformes escolares e outros uniformes de serviço público, como equipamentos de proteção individual (EPIs para hospitais) e Guarda Civil Metropolitana.
- Abertura de canais de financiamento e crédito para pequenos comerciantes, indústrias e cooperativas da economia solidária.
 - Apoiar a manutenção de postos de trabalho através da recuperação de empresas em crise por seus trabalhadores organizados em autogestão.
 - Criar Centros Públicos de Economia Solidária em cada subprefeitura para apoio direto a cooperativas e trabalhadores informais.
 - Ampliar e fortalecer cooperativas de catadoras e catadores de material reciclável.

3. Moradia e cidadania

- Retomada dos Mutirões da Erundina para moradia popular.
- Implementar o programa de locação social para abrigar famílias em situação de rua em unidades hoteleiras ou moradias nas regiões onde vivem.
- Construção de Casas Solidárias integradas à política de geração de trabalho e renda e de assistência social, ampliando o atendimento à adolescentes e jovens;
- Adequar os centros de acolhida para pessoas em situação de rua conforme tipificação nacional do SUAS, atendendo às diversas demandas dos setores que vivem nas ruas;
- Criar o cartão de cidadania para identificação de migrantes residentes na cidade, reduzindo vulnerabilidades advindas da ausência de documentação nacional e facilitando o acesso a serviços públicos.
- Incluir os migrantes nos planos municipais emergenciais de enfrentamento às consequências socioeconômicas da pandemia de Covid-19.
- Ampliar os equipamentos e equipes dos Consultórios na Rua.
- Ampliar o acesso à internet banda larga para alcançar o percentual de 40% de domicílios, garantindo que nenhuma subprefeitura possua percentual inferior a 17%.

1 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social é política pública constitucional integrada à seguridade social e, portanto, será prioridade no programa de governo com atenção especial para os indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade social, socioeconômica, em situação de risco e/ou violência em decorrência de preconceito, abandono ou negligência. Afiançaremos a defesa dos direitos e da dignidade humana que asseguram o atendimento socioassistencial a quem dela necessitar por meio de acolhida, convívio familiar, comunitário e o desenvolvimento da autonomia preconizado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assim, a meta deste governo é efetivar a política de assistência social em São Paulo como direito

do cidadão e dever do Estado, promovendo a conscientização política e cidadã de seus usuários, se colocando contrário à lógica equivocada de subordinação à ordem econômica, substituta do trabalho, bem como às práticas fragmentadas, tuteladoras, assistencialistas e/ou voluntaristas. O governo popular, democrático e socialista tem por diretriz assegurar o controle social como o direito do cidadão e cidadã, informando de modo transparente e democrático as ofertas da rede socioassistencial, o modelo de gestão e financiamento, os direitos socioassistenciais, os processos e as instâncias para defendê-los e exercer o controle social.

DIRETRIZES

Garantir a intersetorialidade das medidas socioeducativas e o fortalecimento do SINASE e do Plano Municipal;

PROPOSTAS

PARA GESTÃO DO SUAS

- Garantir um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) por bairro priorizando a demanda por carência social;
- Implantar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nas subprefeituras da Lapa e Parelheiros e retomar o comando estatal dos CREAS já instalados;
- Ampliar o Centro Pop para outras regiões do município e executar serviços com equipe técnica adequada;
- Restabelecer os Observatórios Locais (regionais) integrados ao Observatório Central sob a responsabilidade da Vigilância Socioassistencial;
- Reorganizar os serviços socioassistenciais do município conforme a tipificação nacional do SUAS;
- Potencializar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para todas as faixas

etárias e retomar os serviços dos Centros de Convivência de crianças e adolescentes sob o comando da SMADS;

- Instituir a Lei Municipal do SUAS em São Paulo;
- Efetivar a erradicação do trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Instituir campanhas de prevenção contra o assédio sexual de crianças e adolescentes;
- Ampliar os serviços para jovens e adultos com deficiência;
- Adequar os centros de acolhida à população em situação de rua conforme tipificação nacional, priorizando o trabalho de convivência, a ampliação do acolhimento em casas solidárias (para o restabelecimento de vínculo familiar e comunitário) e a busca de alternativas para projeto de vida;
- Propor uma política municipal de atendimento intersecretarial de acolhida, emprego e moradia popular no centro da cidade para os imigrantes, refugiados e famílias de baixa renda;
- Implantar unidades de acolhimento institucional conforme tipificação socioassistencial do SUAS para grupos familiares e casais, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+, idosos com autonomia ou com dependência;
- Rever as atuais diretrizes estabelecidas no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Mrosc).

PARA GESTÃO DE TRABALHO

- Recompôr o quadro de recursos humanos da SMADS através de concurso público (assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, pedagogos, AGPP, entre outros) para as unidades estatais do SUAS;
- Promover a reestruturação das carreiras de nível médio e básico (Assistentes de Gestão de Políticas Públicas, Assistentes de Suporte Técnico e Agentes de Apoio);
- Criar uma nova carreira para a função de gestores de parcerias com a responsabilidade de supervisionar e emitir pareceres nas prestações de contas;
- Retomar a qualificação dos profissionais no ESPASO - Espaço público do Aprender Social - com um plano de educação permanente;
- Combater o assédio moral no trabalho com mecanismos de denúncia e controle.

PARA FINANCIAMENTO

- Ampliar os recursos públicos do Fundo Municipal de Assistência Social progressivamente em 0,5% do orçamento municipal por ano;
- Informatizar a Prestação de Contas por meio de sistema municipal

PARA CONTROLE SOCIAL

- Realizar a conferência municipal de Assistência Social com ampla participação social;
- Criar fóruns intersecretariais e intersetoriais (trabalhadores, usuários, população e gestores);
- Fortalecer os fóruns regionais de assistência social;
- Implementar os Conselhos Gestores das Unidades Estatais e da rede socioassistencial;

- Promover a integração dos Conselhos de Direitos (Assistência Social; Idoso, Criança e Adolescente; Saúde; Juventude; Atenção à Diversidade Sexual; Pessoa com Deficiência, Tutelares e outros), do Comitê Intersectorial da Política Municipal de População em Situação de Rua e de conselhos participativos de cada subprefeitura visando a intersectorialidade das políticas

2 COMBATE AO RACISMO

Segundo dados do último Censo de 2010, a população negra representa 37,1% do total da população da cidade de São Paulo. Negras e negros paulistanos se concentram nas regiões periféricas da cidade, em especial nos extremos Leste e Sul. Parelheiros é o bairro mais negro da cidade, com 57,1% de seus moradores se declarando negra ou negro, seguido por M'Boi Mirim, também na Zona Sul, com 56%. Na Zona Leste, Cidade Tiradentes tem 55,4% e Guaianazes 54,6%. Quando falamos de ocupação indígena da cidade, verificamos que São Paulo é o 4º município com maior população (absoluta) de índios no Brasil: 12.977. Em São Paulo, encontramos os dois tipos de situação: duas terras indígenas Guarani localizadas nas Zonas Sul e Oeste (Terras Indígenas Jaraguá e Tenondé Porã), onde vivem 1711 índios, e uma grande população indígena distribuída por diversos bairros da Grande São Paulo constituída por famílias que migraram de suas terras de origem de diversas regiões do país, principalmente do Nordeste. Além disto, estudos mostram que há uma concentração dos investimentos em equipamentos públicos de saúde, educação, cultura e lazer nas regiões centrais. Os territórios negros e indígenas se configuram, assim, em zonas de exclusão na qual impera todo o

conjunto de negação de direitos. Este apartheid social é completado com os sistemas de contenção e controle por meio da violência física dos aparatos de segurança. Em torno de 2/3 dos homicídios são cometidos contra jovens negras e negros, a esmagadora maioria na periferia, e é preciso estipular formas para coibir essa violência. A agenda antirracista é, portanto, uma defesa do direito à vida digna da periferia negra e se conecta com o centro do programa de inversão de prioridades e de centralidade periférica. A pandemia intensifica a retirada de direitos e a desumanização da classe trabalhadora. As políticas de corte de investimento em saúde e educação atingem mais negras, negros e indígenas – e a mulher negra e indígena, nesse sentido, é a mais afetada. São elas, em sua maioria, as chefes de famílias na periferia paulistana. Em São Paulo nunca se matou tanto quanto no período da pandemia. Um projeto de cidade antirracista precisa ser feito pela população negra e periférica. O encarceramento da população negra é foco de nossas preocupações. No âmbito municipal, é necessária uma reformulação da Guarda Civil Municipal. Há um acúmulo nos últimos 30 anos de conquistas de políticas de ação afirmativa, como a lei 11.645/08, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da educação e

instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura afrobrasileira e indígena, a lei de cotas no serviço público e nas universidades públicas, o Estatuto da Igualdade Racial, entre outras. Entretanto, a aplicação destas políticas foi extremamente

limitada por restrições orçamentárias. É fundamental que haja a efetiva participação das demandas da população negra e indígena na divisão (SMPIR) e de políticas transversais de combate ao racismo.

PROPOSTAS

- Constituir o Fundo Municipal de Políticas de Combate ao Racismo com um percentual fixo do orçamento municipal, prioridades definidas pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (já existente) e gerenciado por Secretaria de Igualdade Racial a ser reconstituída;
- Compromisso com os processos de demarcação de terras indígenas no município;
- Fazer com que se cumpra a Lei Municipal nº 15.939, de 2013, que dispõe sobre o “estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados”;
- Dar atenção especial à saúde da população negra e indígena em suas especificidades;
- Estabelecer convênios para ampliar as vagas oferecidas em cursinhos pré-vestibulares populares;
- Instituir o Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Rede Municipal de Educação Para o Respeito à Diversidade Étnica e Racial;
- Combater o desemprego e pobreza nos territórios periféricos por meio de:
 - Fortalecimento das iniciativas de economia popular periférica de negras e negros, como cooperativas populares;
 - Fortalecimento das cadeias produtivas constituídas pelas ações culturais de jovens negros e negras;
 - Instituição do Programa de Renda Solidária (ver mais no eixo “Economia, Trabalho e Renda);
 - Instituição de programas de frentes de trabalho (ver mais no eixo “Economia, Trabalho e Renda);
 - Elaboração de um programa municipal para garantir o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo na cidade;
- Instituir nos processos de licitação e contratação de empresas por parte da prefeitura a exigência de um percentual de trabalhadores negras e negros;
- Impedir a homenagem a figuras históricas relacionadas a escravidão no país em monumentos e nomes de locais públicos.

3 CULTURA

A cultura deve ter centralidade na nova forma de fazer política, pois não existe democracia real sem diversidade cultural. Nesta perspectiva, a cultura é um direito, assim como a saúde, a educação e a moradia. Ela se integra e é indispensável ao conjunto das lutas por uma sociedade sem desigualdades, sem opressões e radicalmente democrática. Além de sua importância individual e social, a cultura gera empregos, impulsiona o turismo e movimenta a economia da cidade.

A cultura como direito e não como negócio inverte prioridades e faz emergir novos processos e protagonistas na produção social: cultura das periferias, urbana, de matriz africana, indígenas, de hackers, das mulheres, LGBTI+. O Estado deve ser o agente de interesses públicos capaz de defender o que, na vida simbólica das sociedades, não pode ser comercializado. No entanto, o direito à cultura e o acesso a bens culturais não deve ser decidido apenas pelo Estado, mas a partir de práticas de co-gestão e de participação popular efetiva. No início do século 21, a cidade de São Paulo

teve um avanço na construção das políticas públicas de cultura em razão do engajamento dos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores do setor, que a partir de 1999, com o manifesto “Arte contra a barbárie”, protagonizaram inúmeras lutas. Deste processo resultou uma concepção de cultura mais avançada e uma legislação consistente e inovadora – os Programas de Fomento, VAI e Programas de Formação. Entretanto, desde sua criação, estas iniciativas sofreram ataques e tentativas de desmonte.

É necessário aprovar um orçamento compatível com a importância social da cultura, avançar nas propostas construídas coletivamente no Plano Municipal de Cultura e nos programas e leis existentes, além de construir novas leis. É preciso implementar o Sistema Municipal de Cultura, construir políticas que apoiem trabalhadoras e trabalhadores do setor, promover o diálogo constante entre formação, produção e circulação artística. Além disso, criar programas e editais democráticos e desburocratizados e reativar os equipamentos públicos das diversas regiões da cidade.

PROPOSTAS

- Ampliar progressivamente o orçamento da função cultura para 3% até 2024 com distribuição de recursos atendendo às carências de todas as macrorregiões da cidade e metade dos recursos destinados a iniciativas culturais nas periferias;
- Implantar e regulamentar o Sistema Municipal de Cultura (Conselho, Plano e Fundo) com transparência e participação efetiva (não apenas consultiva) da população na gestão das políticas culturais através de conferências, cogestão de equipamentos públicos e outros mecanismos horizontais de formulação, gestão e decisão;
- Regulamentar, implementar e destinar recursos específicos para a lei do Fundo Municipal

de Cultura (Lei 16.278/15).

- Reestruturar e reorganizar a área administrativa da Secretaria Municipal de Cultura e dos Equipamentos Públicos de Cultura. Reposição dos quadros de carreira já existentes e realização de concurso público para novos cargos.
- Ampliar os programas de formação, criação, difusão cultural e fomentos existentes, tanto em termos de recursos como de número de contemplados como o VAI e a Lei de Fomento a Periferia;
- Retomar as Casas de Cultura em São Paulo;
- Implantar novos programas com execução através de chamamentos públicos transparentes, desburocratizados, democráticos e com políticas afirmativas, dando especial atenção às manifestações populares e periféricas;
- Reconhecer e consolidar as ocupações culturais independentes da cidade através da criação de editais específicos e isenção de IPTU, priorizando os territórios periféricos;
- Política pública de leitura e informação inclusiva e dialógica com investimento em acervos e formação continuada em mediação, estabelecendo rede de articulação de leitores e parceiros;
- Descentralizar a SP Cine para democratizar o acesso, incluindo as periferias da cidade; Reorganizar o Circuito Municipal de Cultura permitindo a gestão e a curadoria compartilhadas com os coletivos culturais;
- Criar o Programa Escola da Cultura conectando escolas municipais e projetos culturais propostos ao Fundo Municipal de Cultura;
- Regulamentar e implantar a Lei Ruas Abertas (Lei 16.607/16) em diálogo com comunidades e com o movimento de artistas de rua;
- Criar um programa de fomento destinado a entidades e coletivos culturais que diretamente produzem e/ou apoiam iniciativas de mídia livre e projetos de Cultura Digital;
- Estimular a produção da cultura digital, implementando e ampliando os pontos de Wi-Fi livre focados em espaços públicos e territórios periféricos.

POLÍTICAS DE LEITURA E BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

- Fazer valer na prática os princípios contidos no Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) de São Paulo;
- Ampliar a rede de bibliotecas públicas, incluindo as bibliotecas móveis, em áreas como parques, centros culturais, casas de cultura, clubes desportivos municipais, conjuntos habitacionais de responsabilidade da prefeitura, áreas de subprefeituras e terrenos municipais ociosos;
- Criar horários alternativos de funcionamento das bibliotecas de acesso público, com o objetivo de atender os diversos públicos e sua possibilidade de frequentar esses espaços, como, por exemplo, a abertura de bibliotecas aos sábados, domingos e feriados, para facilitar o acesso a jovens e trabalhadores, de acordo com as condições estruturais;
- Realizar programas de leitura e outros que incentivem uma formação reflexiva e cidadã;
- Programações culturais adequadas à natureza da instituição como cursos, palestras,

debates, exibição de vídeos, apresentações teatrais e musicais;

- Definir e assegurar um quadro mínimo de pessoal conforme o porte de cada Biblioteca. • Garantindo a continuidade dos serviços com a recomposição das equipes de trabalho por meio de concurso público;
- Reativação da Rede de Leitura para conectar, expandir, incluir, dar condição de significar e ressignificar os serviços e as ações de cultura com a valorização dos diversos atores culturais e em contribuição para constituição de uma sociedade leitora.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nas últimas décadas, inúmeros trabalhadores e trabalhadoras da cidade São Paulo têm criado cooperativas, associações, empresas autogestionárias ou têm se organizado informalmente em grupos produtivos coletivos para gerar trabalho e renda para si e assim resistir ao desemprego, à precarização do trabalho, às explorações e à exclusão que uma forma de organização econômica preocupada apenas com o lucro de poucos provoca. Estas iniciativas coletivas de gerar trabalho e renda, que nos últimos anos têm sido chamadas de Economia Solidária, criam uma outra economia, que não é mais preocupada com o lucro de poucos, mas sim com o bem-estar de muitos. Uma economia que não tem a competição como seu princípio e que se constrói com solidariedade, cooperação e ajuda mútua entre as pessoas. Uma economia que serve ao bem-viver das pessoas.

É difícil contabilizar quantos grupos destes existem na cidade de São Paulo hoje. Um levantamento realizado em 2011 apontava algumas centenas, que reuniam milhares de pessoas. É significativo que não haja dados oficiais – isso só mostra o descaso da gestão pública com essas iniciativas. Nas

últimas décadas, apenas em duas ocasiões houve políticas públicas na cidade para apoiar e fomentar a economia solidária. Mas, nas duas ocasiões, estas políticas não tiveram continuidade e os empreendimentos foram abandonados à própria sorte.

As grandes empresas capitalistas – que geram lucro para poucos, exploram o trabalho de muitos e impactam o meio ambiente – recebem do poder público isenção tributária, financiamento direto, crédito facilitado (e muitas vezes não devolvido) e acesso ao desenvolvimento tecnológico, o que significa rios de dinheiro do município de São Paulo. Enquanto isso, iniciativas de economia solidária, que geram trabalho e renda principalmente para a população pobre, têm existido apenas através do esforço daqueles e daquelas que trabalham nestes empreendimentos ou na comunidade em que eles se localizam. É necessário, portanto, que a Prefeitura de São Paulo desenvolva políticas de apoio à economia solidária tanto como forma de combater o desemprego e a precarização do trabalho, promovendo formas inclusivas e democráticas de desenvolvimento socioeconômico local, como também, e acima de tudo, uma garantia do direito ao trabalho.

PROPOSTAS

DE INCENTIVO E APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

- Apoiar a formação de cooperativas em setores econômicos que a Prefeitura utilize de seus serviços e produtos como: a) cooperativas de agricultura urbana e peri-urbana para produção de alimentação escolar ou para outras políticas públicas de segurança alimentar e nutricional; b) cooperativas de limpeza urbana; c) cooperativas de costura para produção de uniformes escolares e outros uniformes de serviço público (guarda municipal, hospitais etc.); d) cooperativas que realizem os serviços de “zeladoria” junto às subprefeituras; e) cooperativas de produção de alimentos.
- Apoiar a formação de cooperativas sociais e empreendimentos econômicos solidários formados por usuários do sistema de saúde mental (atendidos pelos CAPS e CAPS A/D), egressos do sistema prisional e outras categorias que tenham particular desvantagem de ingresso ao mundo do trabalho;
- Ampliar e fortalecer as cooperativas de catadoras e catadores de material reciclável;
- Apoiar a manutenção de postos de trabalho através da recuperação de empresas em crise por seus trabalhadores organizados em autogestão;
- Fomentar a criação de cooperativas e desenvolvimento de plataformas cooperativas (geridas pelos próprios trabalhadores) para aqueles envolvidos na chamada “economia colaborativa”, ou seja, trabalhadores de plataformas digitais (aplicativos de transporte ou entrega);
- Fomentar a criação de cooperativas para aqueles e aquelas envolvidas na economia popular (ambulantes, diversas categorias de trabalho informal, etc.);
- Criar bancos comunitários de desenvolvimento, particularmente junto a bairros e territórios empobrecidos.

DE APOIO À FORMAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CRÉDITO AOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

- Propiciar formação e qualificação aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e acesso às tecnologias necessárias para a qualificação e fortalecimento dos empreendimentos, assim como assessoria técnica para sua gestão;
- Apoiar as feiras de economia solidária e criação de espaços permanentes de comercialização;
- Utilizar compras públicas como instrumento de fomento;
- Abrir canais de financiamento e crédito aos empreendimentos econômicos solidários.

DE CARÁTER INSTITUCIONAL

- Criar o Centro de Oportunidade da Trabalhadora e do Trabalhador em cada subprefeitura, onde serão articuladas e desenvolvidas de forma descentralizada as diferentes políticas de economia solidária;
- Criar Rede de Agentes comunitários de Economia Solidária e Agricultura Urbana, estimulando mobilizadores locais em torno da economia solidária e da agricultura urbana, o fomento a moedas sociais e o mapeamento de potencialidades de processos de desenvolvimento local.

5 ECONOMIA, TRABALHO E RENDA

O desmonte das políticas de proteção social foi levado ao extremo pelos governos Bolsonaro e Dória. A crise gerada pela pandemia de Covid-19 atingiu em cheio a população já em meio à precarização do trabalho, com altos níveis de informalidade e desemprego. A construção de um projeto de economia que atenda aos desejos do povo se faz urgente.

O retorno das atividades econômicas em meio à pandemia tem demonstrado o estado de desestruturação da economia paulistana, com a imensa maioria dos pequenos negócios sem acesso ao crédito e muitos sem condições financeiras de retomar suas operações. Boa parte dos pequenos negócios não irá sobreviver no longo prazo sem o apoio de políticas que permitam sua recuperação e se não houver uma mudança efetiva do cenário econômico. A retomada da vida cotidiana pós-pandemia será marcada por uma profunda crise econômica que afetará sobretudo as populações mais vulneráveis, com ampliação dos trabalhadores por conta própria e de diversas formas de subocupação e desalento. Nesse cenário, será fundamental a atuação direta do poder público municí-

pal na reconstrução das atividades econômicas, na geração de empregos e na criação de renda.

A cidade pode ser considerada o ponto de partida para a reconstrução de uma economia com base local, que recupere não só a esperança na melhoria das condições de vida, como também os laços de solidariedade entre seus moradores. A construção de alternativas econômicas calcadas em uma sociabilidade mais cooperativa e com maior ocupação do espaço público deve estar à serviço do fortalecimento das atividades desenvolvidas por trabalhadoras e trabalhadores de São Paulo. Ao mesmo tempo, cabe também ao poder público atuar de forma imediata e instituir frentes de trabalho por meio da ampliação do gasto público que seja promotor de emprego e renda e associando as reformas urbanas necessárias às políticas de geração de renda. Mais do que isso, é necessário reconstruir a economia de São Paulo atendendo prioritariamente e de forma emergencial aquela população que tem sido recorrentemente excluída, buscando assim construir uma economia voltada à sua própria gente.

DIRETRIZES

Desenvolver o potencial de São Paulo de ser um laboratório de soluções tecnológicas para políticas urbanas por meio da realização de encomendas tecnológicas pela Prefeitura, envolvendo as instituições de pesquisa e empresas localizadas na cidade;

PROPOSTAS

PARA O PROGRAMA SÃO PAULO SOLIDÁRIA

- Construir o Programa de Renda Solidária, reestruturando e ampliando o programa existente para garantir que nenhuma família vulnerável em São Paulo fique sem uma renda mínima; Implantar o Sistema Municipal de Trabalho, que atue de forma integrada ao conjunto de políticas públicas sob controle social e pensadas como serviço público;
- Implementar as Frentes de Trabalho com contratação de mão-de-obra direta ou por meio de cooperativas visando:
 - Serviços de limpeza urbana;
 - Serviços de zeladoria a partir das subprefeituras;
 - Produção agrícola orgânica para merenda escolar e outras políticas públicas de segurança alimentar;
 - Confecção de uniformes escolares e outros uniformes de serviço público, como equipamentos de proteção individual (EPIs para hospitais) e Guarda Civil Metropolitana.
- Criar o Programa Emergencial para o Trabalhador por Conta Própria contemplando:
 - Criação do Centro de Oportunidades da Trabalhadora e do Trabalhador, espaço físico (descentralizado nas subprefeituras) e virtual (acessível via site da secretaria) de atendimento ao trabalhador e que concentre as iniciativas para formalização dos trabalhadores informais, pontos de acesso ao Banco do Povo para microcrédito, inclusão nos programas de qualificação profissional e nas centrais de cadastramento para as vagas de emprego e programas de apoio ao trabalhador por conta própria;
 - Organização dos equipamentos municipais e espaços públicos para utilização como locais que abriguem as feiras de bens e serviços produzidos pelos trabalhadores, contemplando também sua utilização para atividades culturais e fortalecendo os espaços de convivência nas diversas regiões da cidade. Ampliar a regularização das feiras existentes com o cadastramento e apoio à regularização dos trabalhadores feirantes e ambulantes, ampliando também a atenção às feiras temáticas;
 - Ampliação dos programas de compras da prefeitura voltadas às cooperativas e à produção dos pequenos negócios nas periferias;
 - Fornecimento de internet gratuita aos microempreendedores da periferia.
- Reestruturar e ampliar os programas Bolsa Trabalho, para os jovens, e o Programa Operação Trabalho, assim como restituir a focalização dos programas de emprego destinados a jovens, mulheres e a população negra;
- Criar uma plataforma municipal para trabalhadores por aplicativo, com garantia de direitos básicos aos trabalhadores;
- Garantir uma ampla renegociação e isenção temporária dos impostos e taxas municipais de microempresas e pequenos comerciantes atingidos pela pandemia.

PARA UMA SÃO PAULO JUSTA

- Planejar a implementação de uma reforma tributária, baseada na proporcionalidade e na progressividade da cobrança de impostos, que objetive garantir equidade na taxaço, reduzir as desigualdades sociais, promover a distribuição de renda e assegurar o cumprimento da função social da propriedade. Elevação da alíquota de ISS para instituições financeiras e aumento do valor da tarifa do IPTU para mansões;
- Cobrar e recuperar a dívida ativa para constituir recurso financeiro para programas sociais. A dívida ativa em São Paulo estava em R\$130 bilhões ao final de 2019. A CPI da Dívida Ativa mostrou que o estoque em 2017 era de R\$100 bilhões, sendo que destes os 100 maiores devedores chegaram a dever R\$34 bilhões para a prefeitura. De 2013 a 2016 a prefeitura conseguiu recuperar apenas R\$5 bilhões da dívida ativa, ou seja, uma média de 1,7% da dívida ativa recuperada ao ano. Ampliando a capacidade da prefeitura de recuperação desta dívida, podemos ampliar políticas de geração de renda e emprego. Se dobrarmos a meta e recuperarmos cerca de 3% da dívida ativa atual, recuperamos R\$ 3,9 bilhões para os cofres públicos em 2021;
- Descentralizar decisões orçamentárias e constituir fóruns locais para coordenação dos investimentos públicos com a geração de empregos nas próprias localidades.
- Regulamentar os serviços privados de aplicativo de entrega de maneira a garantir condições mínimas de assistência aos prestadores de serviços.

6 EDUCAÇÃO

A prioridade da gestão de Guilherme Boulos e Luiza Erundina é garantir escolas públicas de qualidade para todas e todos, bem como incentivar a educação popular, como ensinou Paulo Freire. O objetivo é transformar a capital paulistana em uma Cidade Educadora, ideia inspirada na proposta de educação integral formulada por Anísio Teixeira.

A educação pública de qualidade será a prioridade de São Paulo. Ela só será possível com investimento exclusivo de recursos públicos, reversão dos processos recentes de privatização e reafirmação de um projeto popular e socialista para a educação paulistana.

Vamos garantir creches (CEIs), escolas de

educação infantil e escolas de ensino fundamental com padrão de qualidade em todas as regiões da cidade, correspondendo aos estudos de Custo Aluno-Qualidade (CAQ), recém-incorporados à Constituição Federal. A intenção é dar aos educadores condições adequadas para ensinar e aos estudantes condições adequadas para aprender.

Todas as escolas públicas paulistanas serão acessíveis e terão profissionais valorizados, número adequado de alunos por turma, salas de leitura, biblioteca, laboratórios de ciências e de informática, quadra poliesportiva, internet banda larga, alimentação nutritiva, transporte escolar digno e recursos para implementar o projeto políti-

co-pedagógico com autonomia. Também será incentivada a democratização do acesso às tecnologias da informação, garantindo assim para cada estudante e cada profissional uma unidade computacional com acesso à internet 4G. Não obstante, defendemos o ensino presencial realizado no espaço escolar. Entendemos, inclusive, que não é possível o retorno às aulas em 2020, devido à falta de segurança sanitária. A gestão educacional, realizada de maneira democrática, promoverá uma educação libertadora e inclusiva, pautada na autonomia da escola e no fortalecimento dos proje-

tos político-pedagógicos. A partir daí, em diálogo com a teoria pedagógica, será empreendida uma reorientação curricular, pautada pela experiência das e dos docentes em sala de aula.

A gestão de Guilherme Boulos e Luiza Erundina em São Paulo irá viabilizar uma educação justa, consistente, democrática e emancipadora. Uma educação antirracista, feminista, anti-lgbtfóbica, anticapacitista e ecossocialista. E a referência da gestão será o legado de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação durante o governo de Luiza Erundina (1989-1993).

DIRETRIZES

- Universalizar escolas públicas de qualidade;
- Valorizar os profissionais da educação municipal;
- Garantir a gestão democrática da educação como princípio e projeto pedagógico;
- Universalizar o direito à educação para todas e todos - educação inclusiva, educação indígena e educação de jovens e adultos (EJA);
- Enfrentar as desigualdades educacionais ampliadas durante a pandemia de COVID 19.

PROPOSTAS

PARA UNIVERSALIZAR ESCOLAS PÚBLICAS DE QUALIDADE

- Destinar 31% das receitas arrecadadas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; Zerar a fila das creches;
- Rever as políticas de renúncia e desoneração fiscal;
- Adequar o orçamento da cidade ao Plano Municipal de Educação;
- Implementar o CAQ (Custo Aluno Qualidade);
- Empoderar e formar a população para o controle social do orçamento público;
- Reverter, gradativamente, o processo de privatização, terceirização e conveniamento da educação;

PARA VALORIZAR OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

- Valorizar os profissionais do quadro de apoio com mecanismos de evolução funcional e progressão salarial;
- Convocar os aprovados nos concursos públicos para o preenchimento das vagas existentes;
- Ampliar o número de profissionais nas escolas;
- Garantir a formação continuada dos profissionais da educação, firmando parcerias com universidades públicas;
- Estabelecer programa de prevenção e combate ao adoecimento dos profissionais da educação;
- Fortalecer a carreira do magistério paulistano;

PARA GARANTIR A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO COMO PRINCÍPIO E PROJETO PEDAGÓGICO

- Fortalecer o Conselho de Escola;
- Fortalecer os projetos político-pedagógicos das escolas com o intuito de que sejam documentos vivos, estabelecidos e implementados pelas comunidades escolares;
- Estimular o estabelecimento de grêmios estudantis livres e independentes;
- Democratizar o currículo para que ele seja construído a partir das experiências das comunidades escolares;
- Organizar a Conferência de Educação da Cidade de São Paulo;
- Fazer cumprir a Lei n. 10.639, que torna obrigatória a temática História e Cultura Afro-Brasileira;
- Criar espaços formativos de trocas de experiências pedagógicas entre as escolas.

PARA UNIVERSALIZAR O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA TODAS E TODOS – EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EDUCAÇÃO INDÍGENA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

- Formar todos os profissionais da educação em direitos humanos e educação inclusiva;
- Realizar a busca ativa para todas as etapas e modalidades da educação paulistana;
- Universalizar a alfabetização em São Paulo;

- Zerar o analfabetismo funcional em São Paulo;
- Defender a educação crítica e transformadora. Uma escola que seja espaço de debate livre e franco de ideias, numa perspectiva plural, com temas que digam respeito ao bem viver e que combatam o preconceito contra mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência e população LGBTI+;
- Investir na formação de professores e em material pedagógico para promover a valorização e o reconhecimento das comunidades tradicionais e da herança cultural de matriz indígena e africana nas escolas e CEIs (creches municipais), respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação visando ativa participação no combate ao preconceito e à discriminação;
- Ampliar e fortalecer as equipes do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão; (CEFAI) e dos Núcleos de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA);
- Potencializar os Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI's);
- Propor política de educação bilíngue para surdos, com a participação deles e de suas famílias, fortalecendo as EMEBS e o ensino de libras na rede municipal;
- Universalização do acesso à internet em todas as escolas.

PARA ENFRENTAR AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS AMPLIADAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

- Permitir o retorno às aulas presenciais somente quando for seguro;
- Ampliar o número de profissionais para atendimento adequado dos estudantes no retorno às aulas;
- Adequar as escolas para o cumprimento dos protocolos de segurança sanitária;
- Garantir equipamentos eletrônicos e internet para todos os estudantes durante o período de pandemia;
- Garantir salário e emprego aos profissionais da educação.

7 ESPORTE E LAZER

As práticas esportivas, quando ordenadas por interesses empresariais e conduzidas pela dinâmica do mercado, reproduzem desigualdades sociais e territoriais, contribuindo para a exclusão social das populações subalternizadas e periféricas. Tais espaços de produção são também lugares de disciplinarização e modelação dos corpos, nos quais se inscrevem significados que revelam corporalidades instituídas que naturalizam desigualdades e reforçam relações de dominação social. No entanto, podemos reconhecer nas práticas esportivas a oportunidade de reverter a razão normativa que estabelece a inferiorização dos corpos das mulheres, que inibe a livre expressão da diversidade sexual, que reprime violentamente a presença das pessoas transgêneras e intersexuais e que reforça estigmas racistas, passando, assim, de uma definição restritiva do corpo legítimo à pluralidade do uso legítimo do corpo. Democratizar o acesso ao esporte e às práticas corporais só é possível se considerarmos campos, ginásios, quadras, ruas, avenidas e praças como lugares de disputas ideológicas e estimularmos outros

sujeitos a se apropriarem desses espaços públicos, bem como levarmos em conta as dimensões sociais do corpo e das práticas esportivas.

Brincar na cidade, estendendo as práticas lúdicas a outros espaços, menos evidentes, é uma forma de ocupação pela ludicidade e de constituição de uma cidade de pessoas. É uma forma de estabelecer uma Revolução Solidária pelas práticas corporais, que se diferencia dos modelos conservadores de gestão e do corpo como território de interdições e tiranias, que imprime as costureiras cicatrizes sociais. Um programa de esportes deve contribuir para o desenvolvimento do corpo como território de liberdades e superações, que sejam signos do combate à dominação social.

Esporte, lazer, saúde e educação são compreendidos por nós como bens culturais e direitos sociais fundamentais. Por essa razão, é a face pública e inclusiva dessas dimensões que deve orientar a proposta a ser coletivamente construída, sendo sua integração um desdobramento do reconhecimento dessa característica.

PROPOSTAS

CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER COM

- Conferência Municipal de Esportes e Lazer para definir:
 - Linhas gerais do projeto de montagem do Sistema;
 - Mapeamento dos equipamentos e das práticas e programas de esporte e de lazer;
 - Demandas locais de acordo com o modelo de divisão da cidade estabelecido na gestão de Erundina (1989-1992);

- Programas intersetoriais com as demais secretarias;
- Propostas para ampliação da participação popular a partir da reestruturação do Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, criação de conselhos regionais e capacitação para a população participar de editais esportivos.
- Bolsa Municipal de Apoio ao Esportista.

FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM

- Pacaembu inclusivo, que abarca:
 - Revogar a concessão do Pacaembu à iniciativa privada;
 - Retomar atividades esportivas e de lazer gratuitas para a população;
 - Utilizar o Pacaembu como palco para partidas e torneios de futebol de mulheres e outras modalidades esportivas da diversidade, bem como com equipes mistas, como instrumento de combate ao machismo, ao sexismo e à lgbtfobia;
 - Criar um Centro Social Comunitário no Pacaembu para articular variadas práticas esportivas às discussões sobre questões sociais e políticas;

CRIAÇÃO DE LAZER E ESPORTES INCLUSIVOS, COM

- Esporte e lazer para o público LGBTI+, com:
 - Organizar equipes esportivas nos Centros de Cidadania LGBTI+ conforme demanda regional;
 - Utilizar equipamentos interligados ao Sistema Municipal de Esportes e Lazer e formulação de propostas e programas na Conferência Municipal de Esportes e Lazer.
- Esporte e lazer para pessoas com deficiência ou parte da Terceira Idade, com:
 - Criação das “Academias da Superação” em praças públicas ou outros espaços, adaptadas para pessoas com deficiência e semelhantes às “Academias da Terceira Idade”;
 - Adequar as instalações e praças esportivas para as particularidades das pessoas com deficiência e da Terceira Idade.
- Vivências da corporalidade individual e coletiva, com:
 - Priorizar práticas esportivas que interajam com o ambiente e a cultura urbana, como skate, corrida de rua, parkour;
 - Parcerias com SUS, escolas e espaços esportivos públicos municipais (praças, ruas e equipamentos) para promover atividades de educação corporal;
 - Criar um fórum permanente com lideranças do futebol de várzea para preservar esse bem cultural e para a ampliação do futebol de mulheres e campanhas de combate às diferentes formas de discriminação e preconceito;
 - Estabelecer academias populares na região central da cidade, em imóveis desocupados e/ou em imóveis com ocupação popular, com a criação de editais que priorizem associações de trabalhadores para a administração desses espaços.

8 FUNCIONALISMO PÚBLICO

Servidores públicos estáveis, qualificados e valorizados são indispensáveis às políticas e serviços públicos universais e de qualidade. Hoje, os serviços públicos se tornaram objeto de benemerência ou lucro, ainda mais depois da imposição de teto aos gastos sociais. Com o predomínio das políticas neoliberais, que tudo privatizam e mercantilizam, os servidores passaram a ser impiedosamente desmoralizados e postos em liquidação, em nome da “reforma do Estado”. E quase todas as forças políticas hegemônicas que têm governado o Estado Brasileiro contribuíram para este desmonte sistemático. No Município de São Paulo não é diferente. O desmantelamento do serviço público vem sendo, por sucessivas administrações, patrocinado por políticas de supressão de direitos e desvalorização dos servidores, tais como o Sampaprev, a degradação salarial

dos 0,01 %, a quebra da paridade entre ativos e aposentados, o rebaixamento dos admitidos frente aos efetivos, a feroz terceirização e o abandono dos concursos, o descumprimento do pagamento de precatórios, e a disseminação de formas de assédio e de práticas antissindicalistas, entre outras ações.

Após a reforma previdenciária de 2003, o PSOL é o único partido com representação na Câmara Municipal a defender, incondicionalmente, os direitos dos funcionários públicos. O governo Erundina foi o melhor para os serviços e servidores em toda a história da cidade. Boulos e Erundina terão, como uma prioridade, serviços que atendam necessidades e direitos dos paulistanos, com uma gestão participativa que tem nos servidores valorizados sujeitos fundamentais.

DIRETRIZES

- Manter os direitos adquiridos e restabelecimento progressivo dos retirados nas últimas reformas previdenciária e administrativa e nas mudanças que suprimiram ganhos permanentes e previstos aos servidores, inclusive o regime de vencimentos;
- Reverter o processo de terceirização e reinstauração progressiva de serviços diretos por efetivos;

PROPOSTAS

- Enviar Projeto de Lei à Câmara, para revogação da Lei 17.020/2018, do Sampaprev;
- Controlar o IPREM pelos trabalhadores e seu fortalecimento, com contribuições de novos concursados e recursos da dívida ativa;
- Fim dos 0,01% e correções insuficientes e garantia da revisão inflacionária anual plena, aliada a uma política de valorização remuneratória;

- Incremento real de salários e proventos, em maior proporção aos de menor valor;
- Em decorrência do princípio de salários iguais para trabalhos iguais, os servidores admitidos pela Lei 9.160/1980 terão suas referências salariais reconsideradas segundo o critério único de tempo de trabalho;
- Restabelecimento da paridade entre ativos e aposentados, violada nas últimas reestruturações, para os ingressantes no serviço público até 2003, para efeito de reenquadramentos funcionais, com base no tempo na carreira;
- Reduzir as diferenças remuneratórias entre níveis e relação de proporcionalidade constante entre estes;
- Reestruturar os níveis básico e médio, com valorização real, unificação das categorias e evolução por tempo de 18 meses como ocorre com as demais carreiras;
- Respeitar a isonomia salarial para servidores com atribuições semelhantes, inclusive com a extensão de direitos dos efetivos a contratados precariamente;
- Formar um quadro geral de servidores, permitindo negociação conjunta de demandas;
- Atualizar o pagamento dos precatórios;
- Concursos para todas as carreiras, com medidas afirmativas respeitando as proporções de gênero e raça dos territórios atendidos;
- Restabelecer nomenclaturas e atribuições dos cargos de acordo com a formação exigida ao seu exercício;
- Criar tabelas de lotação garantindo funcionários efetivos suficientes ao funcionamento das unidades;
- Formação permanente e participativa dos servidores;
- Ampliar a Escola do Servidor Público e criar, junto a ela, o Centro de Memória dos Servidores e das Políticas Públicas;
- Reversão do processo de terceirização e restituição progressiva de serviços diretos por efetivos;
- Auditar e publicizar os contratos de terceirização com sanções e ressarcimentos por improbidade e corrupção;
- Garantir livre manifestação e adoção de mecanismos eficazes contra quaisquer formas de assédio;
- Respeitar a data-base do funcionalismo com envio à Câmara de projeto de lei salarial junto com a LDO e LOA;
- Regulamentar e retomar o SINP, assegurando negociações com todas as categorias e suas representações e contemplando igualmente ativos, inativos e pensionistas, assim como efetivos e admitidos;
- Participação democrática consultiva e deliberativa dos servidores em secretarias, conselhos, departamentos e outros órgãos;

9 JUVENTUDE

A juventude na cidade de São Paulo representa uma população de quase 3 milhões de pessoas, cuja maioria é negra e vive em bairros periféricos. Este dado é ignorado pela prefeitura em termos de políticas públicas, que apenas perseguem metas abstratas, vazias de sujeito e de planos concretos. Para a maioria dos jovens, o único contato com o Estado é por meio de seu aparato de repressão, que a cada 6 horas faz de vítima um jovem negro na cidade. Precisamos de uma São Paulo que associe juventude a direitos, futuro e oportunidades - e não a genocídio e trabalho precário.

O modelo de cidade-empresa do PSDB e a política do governo Bolsonaro foram incapazes de controlar a pandemia, colocando em xeque o futuro de toda uma geração. Precisamos de um projeto alternativo que incentive o emprego e priorize a educação

pública, a cultura e o lazer nos bairros, com inclusão digital e participação democrática. De todo o orçamento da Prefeitura, apenas 9% dos gastos propostos para 2020 tem sua localização informada no orçamento municipal. E sabemos que esses recursos não chegam na periferia – basta ver a concentração dos equipamentos públicos e culturais, das universidades e afins no centro da cidade. É preciso implementar uma política redistributiva e que inverta prioridades, colocando a periferia no centro dos investimentos.

Uma cidade democrática se constrói a partir do diálogo aberto e constante com as diferentes juventudes e seus territórios, buscando criar conexões entre essas experiências para enfrentar os privilégios e desigualdades.

PROPOSTAS

PARA UMA JUVENTUDE COM DIREITOS E OPORTUNIDADES

- Criar Centros do Futuro - Grandes Equipamentos Públicos Regionais para jovens a partir de 12 anos, onde eles possam desenvolver suas habilidades a partir das suas potencialidades nas áreas de esporte, música, artes, inovação digital, formação profissional e economia solidária.

PARA O FIM DO GENOCÍDIO E DA CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE NEGRA E PERIFÉRICA

- Atuação das Rondas Cidadãs de Policiamento Preventivo e Comunitário da GCM em atividades culturais da periferia sempre com foco no respeito à população e dialogando com as comunidades. Reconhecimento das batalhas de MCs, rodas de Slams e bailes funk como expressão cultural;
- Campanhas permanentes de conscientização sobre saúde mental e acesso à rede de atenção;
- Campanha de combate ao suicídio na juventude a partir dos dados epidemiológicos.

PARA DISTRIBUIÇÃO E PLANEJAMENTO DA ECONOMIA A PARTIR DOS TERRITÓRIOS, COM PARTICIPAÇÃO POPULAR E GERAÇÃO DE TRABALHO E CULTURA PARA "GARANTIR O PRESENTE"

- Políticas de inserção no mercado de trabalho e combate ao desemprego na juventude a partir das demandas das regiões das cidades;
- Democratizar o acesso à cultura jovem com leis de incentivo e editais por região;
- Políticas para primeira produção;
- Tarifa zero no transporte público para jovens até 24 anos (ver mais no eixo "Mobilidade Urbana");

PARA EDUCAÇÃO, QUE "GARANTA O FUTURO"

- Escolas como pólos de difusão da memória dos bairros e promoção da cultura popular com foco especial na juventude, ressignificando o espaço e mudando a relação com as comunidades;
- Assegurar no Plano Municipal de Educação o respeito à diversidade sexual e de gênero e à população LGBTI+ no ambiente escolar e na capacitação de professoras e professores;
- Ampliar o conhecimento a respeito das culturas tradicionais e história afro e indígena com a implementação de um currículo afro-indígena (integração cultural e educacional);
- Elaborar um Plano Municipal de acolhimento e incentivo às jovens gestantes para concluir seus estudos em conjunto com ampliação das creches da rede pública;
- Ampliar e fortalecer os SPVVs e a possibilidade de encaminhamento dos casos de violência doméstica identificados no ambiente escolar;

- Realizar a busca ativa para todas as etapas e modalidades da educação, principalmente para EJAs;
- Ampliar a rede de unidades públicas de ensino infantil com a gradual substituição dos contratos com entidades privadas e através da implementação de uma política de transição que garanta empregos e a continuidade do serviço.

10 LGBTI+

Nas eleições municipais de 2020, temos o desafio de acabar com o atual projeto de sociedade em curso porque ele destrói vidas LGBTI+. Um estudo realizado pelo Grupo Gay da Bahia mostra que no Brasil, apenas em 2019, a cada 26 horas uma pessoa LGBTI+ perdeu a vida de forma violenta. Vivemos em um país onde a média de vida de pessoas trans beira os 35 anos e São Paulo é o estado que mais mata essa população. Para enfrentar essa lógica de violência e opressão, é preciso desenvolver políticas públicas que garantam direitos básicos a essa população. Pesquisa conduzida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH) aponta que 20% dos casos de violência contra a população LGBTI+ ocorrem dentro de casa, o que desencadeia recorrentes casos de expulsão de seus lares, fazendo com que essas pessoas fiquem em situação de rua ou que passem a viver em

situação de vulnerabilidade. Sem moradia, a população LGBTI+ encontra problemas no mundo do trabalho, no acesso à saúde e à educação. A lgbtfobia também está presente nas escolas, o que faz com que a população LGBTI+ tenha altos índices de evasão e, conseqüentemente, encontre maior dificuldade para conseguir empregos que exigem mão de obra qualificada. Todo esse cenário de violência, opressão e falta de oportunidades aumenta consideravelmente os casos de depressão e ansiedade na população LGBTI+, com conseqüências graves, como o alto número de suicídios cometidos em comparação com a população heterossexual/cisgênero. Diante deste cenário, se faz urgente o desenvolvimento de políticas públicas com uma nova abordagem em relação à pauta LGBTI+, que atenda toda sua diversidade.

PROPOSTAS

NA SAÚDE

- Criar ambulatórios LGBTI+, com atendimento de profissionais da saúde;
- Implementar políticas sanitárias específicas para pessoas LGBTI+, considerando exames e prevenção de ISTs;

- Elaborar política pública municipal de saúde da população LGBTI+;
- Ampliar os cursos de formação voltados para a pauta LGBTI+ destinados a profissionais da saúde.

NA MORADIA

- Criar abrigos para população LGBTI+ com atendimento de saúde e encaminhamentos para empregos em unidades centrais e periféricas;
- Criar parcerias com casas de acolhimento organizadas por pessoas LGBTI+;
- Retomar a relação entre a Prefeitura e a Casa de Apoio Brenda Lee, transformando-a novamente no espaço de acolhimento e atendimento à população LGBTI+ soropositiva.

NA EDUCAÇÃO

- Criar espaços e cursinhos populares pré-vestibular voltados para pessoas LGBTI+ em parceria com movimentos sociais;
- Campanha de conscientização dos direitos LGBTI+ e do acesso igualitário da população, assim como desenvolvimento de políticas públicas para o combate à violência lesbo/homo/bi/transfóbica;
- Campanhas de prevenção (de ISTs, suicídio, entre outras).

NO TRABALHO

- Criar um programa para garantir emprego para a população LGBTI+ (com cota para a população T), com contratos e alternativas de rescisão caso a empresa não cumpra com sua parte;
- Criar comitê permanente para acompanhar os contratos e a situação das pessoas LGBTI+ admitidas por empresas parceiras da Prefeitura;
- Incluir programa de contratação de pessoas trans e travestis que tenham sido contempladas no TransCidadania, assim como instituição de Feiras Municipais de Empregabilidade Trans;
- Instituir cursos de preparação para os servidores e empregados públicos do município para que estejam preparados para atender/lidar com pessoas LGBTI+;
- Instituir licença-maternidade para servidoras e empregadas públicas.

NA CIDADANIA

- Criar serviço específico para retificação de documentos de pessoas trans nas agências do Descomplica;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Políticas Públicas;
- Expandir as vagas existentes nos programas dos Centros de Diversidade de São Paulo, além da criação de novos locais de atendimento nas periferias;
- Fortalecer o programa TransCidadania;
- Criar atendimentos itinerantes nas periferias de São Paulo.

NA SEGURANÇA

- Atendimento especializados em delegacias/postos de atendimento de guardas municipais voltados para a população LGBTI+ vítima de discriminação;
- Realizar convênio com o Governo do Estado para que denúncias e boletins de ocorrência possam ser realizados na forma online.

11 MEIO AMBIENTE

Estamos enfrentando uma emergência social, sanitária, ambiental e climática de escala global, relacionada ao modo predatório de produção e consumo vigentes. A superação dessa situação passa por soluções que repensem como vivemos e para onde estamos indo enquanto sociedade. Tendo o ecossocialismo como o centro do debate, precisamos pensar a construção de políticas públicas socioambientais transversais, radicalmente ecológicas, participativas, e que façam parte do cotidiano das pessoas e da cidade, através de ações que integrem o meio ambiente, a cultura, a educação e todas as áreas que compõem o nosso tecido social. Precisamos pensar e pôr em prática uma cidade transformada e transformadora, que recupere suas matas, seus rios e sua cultura (rural e urbana); e onde o direito à vida contemple também o direito à cidade com ar puro, água boa e limpa, comida sem veneno para todas e todos, um território com mais árvores e terra,

o direito dos animais a uma vida digna e a utilização de energias renováveis (solar, eólica etc.). Buscaremos garantir o acesso da população à alimentação saudável (com hortas urbanas, melhor merenda nas escolas e cinturão agroecológico na zona rural de São Paulo) e a potencialização dos espaços públicos e comunitários, como parques e jardins.

É preciso colocar o meio ambiente e nossa relação com a natureza no centro de nossas ações, uma vez que somos e precisamos nos entender como parte integrante dela - não divergentes. Para isso acontecer, é fundamental que a discussão sobre o bem viver se dê na esfera pública, possibilitando a construção de uma agenda que compreenda os territórios, as tradições populares e que enfrente os interesses econômicos que consideram a preservação da natureza como um dificultador dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento.

PROPOSTAS

PARA PROTEÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES

- Arborizar a cidade, especialmente das periferias, visando a redução das ilhas de calor, melhora da qualidade do ar e da saúde da população;
- Combater a especulação imobiliária nas zonas urbanas e de proteção ambiental -- e fazer valer os instrumentos do plano diretor;
- Manutenção das áreas verdes já existentes, como praças e parques públicos;
- Implantar hortas nos parques para ensinar e incentivar o modelo de hortas urbanas;
- Garantir a proteção e a preservação de patrimônios culturais e ambientais.

PARA SOBERANIA ALIMENTAR

- Incentivar a criação e manutenção de hortas comunitárias (ver mais no eixo "Segurança Alimentar");
- Fortalecer e proteger os movimentos sociais que produzem alimentos sem agrotóxicos.

PARA PROTEÇÃO ANIMAL

- Programa de conscientização sobre bem-estar animal, com promoção de campanhas de castração de animais domésticos e de rua, além de vacinação;
- Proibir a comercialização de animais silvestres e incentivo às adoções conscientes;
- Criar um programa de animais domésticos que vivem em situação de rua.

PARA O MANEJO DO LIXO E A PODA DAS ÁRVORES

- Ampliar a coleta seletiva na cidade de São Paulo, atingindo as periferias e incorporando cooperativas de catadores de materiais recicláveis e frentes de zeladoria com distribuição organizada pelos bairros;
- Aumentar a produtividade das centrais de triagem mecanizadas que hoje operam com 50%;
- Criar programas de educação ambiental
- Incentivar pequenos negócios e microempreendedores com propostas ecológicas e de redução da geração de resíduos
- Aprimorar e dar continuidade ao programa de compostagem de resíduos orgânicos a fim de diminuir o uso de aterros, gerando adubo sem veneno para as hortas, parques e praças da cidade;
- Investir em tecnologias de transformação dos resíduos em energia limpa.

- Auditoria com transparência e independência dos contratos do sistema de coleta de lixo.
- Implantar a Política Nacional de Resíduos Sólidos em São Paulo;
- Cumprir a lei de reciclagem com criação de pontos de coleta de recicláveis para evitar pontos de descarte recorrente de lixo;
- Rever os contratos de podas que operam sem nenhuma observância ao Manual de Podas e implementar um novo modo de manejo arbóreo para melhor preservação das copas de nossas árvores;

PARA SANEAMENTO BÁSICO E ÁGUA PÚBLICA

- Atuar em parceria com o Estado e União visando oferecer saneamento ambiental (coleta de esgotos, água tratada) para todos os cidadãos e cidadãs da cidade, com a regularização e implantação de métodos alternativos e ecológicos de saneamento, em especial nas periferias;
- Criar métodos alternativos de tratamento de esgoto locais, mais baratos e mais rápidos de serem implantados;
- Estabelecer metas crescentes de Reuso Planejado de água (Convênio PMSP -Sabesp);
- Preservar, proteger, recuperar e, quando possível, renaturalizar matas ciliares, nascentes e corpos d'água da cidade;
- Criar e implantar programa para captação, armazenamento, tratamento e utilização da água das chuvas, com vistas a aumento da segurança hídrica;
- Implementar sistemas ecológicos e acessíveis de tratamento de esgoto para as Zonas Rurais e áreas de mananciais, evitando a poluição das nascentes e rios da cidade
- Instituir um Sistema Municipal de Prevenção e Mitigação de Desastres Socioambientais, garantindo a participação popular, com especial atenção para a prevenção de enchentes;
- Criar programa de desimpermeabilização da cidade, ampliando as áreas verdes e os métodos de calçamento permeáveis.

PARA TRANSPORTE E DESLOCAMENTOS

- Ampliar sistema operacional de transporte coletivo em São Paulo;
- Criar polos de emprego, lazer, cultura e educação em locais na periferia, para evitar evasão escolar e horas gastas em transporte público;
- Substituir progressivamente as frotas de ônibus movidos a diesel por veículos mais sustentáveis.

PARA EDUCAÇÃO

- Regulamentar e implementar a Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA), em parceria com a Secretária de Educação e garantindo a participação da sociedade civil ao longo do processo;
- Cumprir o Plano de Inserção gradativa de alimentos orgânicos na alimentação escolar previsto pela Lei 16.140/2015 e Decreto 56.913/2016. Priorizar os alimentos provenientes da agricultura familiar, assentados e pequenos produtores.

PARA POLÍTICAS PÚBLICAS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Promover a descentralização da gestão ambiental do município, fortalecendo as Subprefeituras no processo de gestão ambiental, e garantindo que os CADES regionais e os Conselhos
- Participativos funcionem como espaços deliberativos;
- Ampliar os fundos de financiamento para projetos que tenham por objetivo preservar e recuperar o meio ambiente e garantir transparência e controle social para o Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA). Utilizar os recursos em projetos de transformação da situação socioambiental da cidade, priorizando as periferias.

PARA PARQUES URBANOS

- Garantir a permanência da gestão e operação pública dos parques, fortalecendo as entidades públicas que atuam nessa área;
- Implantar modelos de gestão comunitária ou compartilhada com a população sobre os parques urbanos;
- Realizar inventário de fauna e flora de todos os parques urbanos;
- Implantar novos parques em consonância com um processo de urbanização de favelas e desocupação de áreas de mananciais, áreas de risco e Fundo de Vale;
- Integrar os parques urbanos ao sistema de ciclovias da cidade;
- Implantar escolas de jardinagem em todos os parques urbanos, acolhendo projetos de organizações sociais inseridas no território;
- Fomentar e incentivar feiras de alimentos orgânicos;
- Isentar de taxa de utilização eventos culturais que comprovem a promoção de geração de renda para famílias de baixa renda.

12 MIGRAÇÃO

São Paulo é, e sempre foi, uma cidade habitada e construída por pessoas das mais diferentes origens. Dados oficiais apontam que mais de 24% do total de imigrantes e refugiados residentes no Brasil vivem no município – são mais de 360 mil pessoas de pelo menos 200 nacionalidades. Transformar São Paulo significa também garantir os direitos desta população, considerando suas demandas específicas e os desafios de residir em um município tão desigual.

Não ser nascido no Brasil, ter outra língua materna ou não possuir um documento de identificação nacional pode resultar em muitos obstáculos diários, agravados ainda mais pela pandemia de Covid-19 e de seus impactos socioeconômicos. É urgente, portanto, desenvolver políticas que considerem a condição migratória junto às opressões por gênero, raça, classe e orientação sexual. Ao mesmo tempo, vergonhosamente, o Brasil segue sendo um dos únicos países da América do Sul que não permite que pessoas nascidas em outros países participem

sequer das eleições das cidades em que vivem. Neste cenário, é essencial fortalecer a presença de migrante na política municipal e construir um governo com participação popular, da periferia ao centro.

Movimentos e organizações de imigrantes e refugiados já conquistaram importantes vitórias em São Paulo, como o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) e o Conselho Municipal de Imigrantes, consagrados na Lei municipal nº16.478/2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante. No entanto, muito ainda precisa sair do papel. As políticas que existem devem ser melhoradas, e devemos ir além. É fundamental construir uma abordagem popular sobre as migrações, superando perspectivas meramente emergenciais e mercadológicas. Ao mesmo tempo, temos que fazer frente ao bolsonarismo, que promove a intolerância e aprofunda a exclusão social. Migrar é um direito humano – e a São Paulo que queremos é de todas e todos.

PROPOSTAS

- Criar o cartão de cidadania municipal de identificação de migrantes residentes na cidade, reduzindo vulnerabilidades advindas da ausência de documentação nacional e facilitando o acesso a serviços, equipamentos e instituições públicas e privadas;
- Incluir migrantes nos planos municipais emergenciais de enfrentamento às consequências socioeconômicas da pandemia de Covid-19;
- Fortalecer a Política Municipal para População Imigrante, assegurando orçamento municipal específico para sua implementação e transversalizando o recorte migratório nas diferentes políticas municipais em constante coordenação intersecretarial;

- Promover o trabalho digno, com especial atenção à defesa dos direitos de trabalhadores informais e da economia popular, por meio do atendimento e orientação especializada em diversos idiomas, da promoção da regularização de suas atividades e feiras, do incentivo à formação e fortalecimento de cooperativas, e da capacitação da GCM e de fiscais da Prefeitura para prevenir situações de abuso e violência contra estes trabalhadores;
- Promover acesso à moradia digna para a população migrante, considerando suas especificidades de documentação e demandas por habitação social temporária e permanente;
- Garantir ampla divulgação de processos eleitorais e reuniões dos Conselhos Participativos, assegurando a autonomia do Conselho Municipal de Imigrantes, e viabilizando a participação de conselheiros por meio de reuniões em horários acessíveis e da disponibilidade de vale transporte e alimentação;
- Ampliação descentralizada e territorializada dos serviços municipais de atenção à população migrante, como o CRAI;
- Promover a contratação de migrantes na gestão pública e nos serviços municipais, incluindo agentes de saúde e educadores migrantes que promovam práticas de mediação cultural;
- Promover o acesso à saúde da população migrante, efetivando o acolhimento desta população nas Unidades Básicas de Saúde, na Estratégia de Saúde da Família e nas políticas de parto humanizado;
- Elaborar e difundir materiais didáticos e metodologias de ensino que promovam narrativas decoloniais, antirracistas e interculturais nas escolas municipais;
- Fortalecer e ampliar os programas de aprendizagem do português e das línguas maternas, incluindo a contratação de professores migrantes;
- Formação intercultural e sobre os direitos de migrantes para servidores, agentes públicos e funcionários de equipamentos municipais;
- Incentivar feiras e eventos que promovam a arte e cultura de migrantes e viabilizar a participação de grupos artísticos e coletivos migrantes em editais e atividades culturais do município;
- Promover o acesso e difundir informação para migrantes sobre direitos das mulheres e de pessoas LGBTI+;
- Promover ações, campanhas e materiais de combate ao racismo, xenofobia e outras formas de discriminação.

13 MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana é um conflito permanente. Embora regulada pelo poder público, acaba determinada pela renda e há pessoas que andam a pé porque não têm como pagar as tarifas, o que provoca acesso desigual à cidade. Mas todos, independentemente da renda, se movem e disputam o espaço da cidade. É dever da Prefeitura garantir o direito de mobilidade – acessível, confortável, higiênico como a Covid-19 mostrou ser necessário e com o mínimo tempo gasto no deslocamento – aos cidadãos. O transporte é um direito social constitucional desde 2015, e não há verdadeiro direito social que dependa de renda para ser exercido. Isso só se concretiza a partir de políti-

cas públicas para o combate às desigualdades na mobilidade urbana. Transporte coletivo é um serviço público e não mercantil. A cidade deve reorganizar os serviços de transporte ao mesmo tempo em que precisa, no plano nacional, que o princípio constitucional se concretize tal como no SUS, universal e gratuito.

Somos radicais na priorização do transporte público, coletivo e ativo (pedestres e ciclistas), em relação ao automóvel individual e particular. Na nossa gestão, as pessoas terão condições para participar da definição de políticas públicas de mobilidade urbana, sempre de forma democrática.

DIRETRIZES

- Propor um pacto nacional pela regulamentação do direito social ao transporte público, com a geração de fundos para financiamento e reversão da lógica que transformou mobilidade numa mercadoria;
- Melhorar a qualidade do transporte coletivo para que seja possível redução significativa de viagens de automóvel;
- Debater com a população, trabalhadoras e trabalhadores do setor um novo modelo de transportes para São Paulo que integre todos os modais e tenha como objetivo explícito reverter a lógica privatizante que resulta na mercantilização da mobilidade urbana;
- Consultar sistematicamente a população sobre mudanças de linhas, frequências, itinerários etc;
- Transformar a educação no trânsito em educação para a mobilidade tanto para adultos como para crianças, cuja entrada na mobilidade urbana não se fará pelo volante de um automóvel.

PROPOSTAS

- Criar, junto aos demais municípios e governo do estado, uma Autoridade Metropolitana de Transportes Urbanos da Grande São Paulo;
 - Cumprir a Lei Nacional da Mobilidade Urbana. São Paulo deve projetar, coordenar e gerir o transporte público e a mobilidade na cidade, incluindo planejar e determinar onde o metrô será construído, sempre de acordo com o planejamento municipal e metropolitano;
 - Implementar a Tarifa Zero, começando por assegurar a gratuidade a desempregados e estudantes;
 - Constituir um fundo municipal para o financiamento do sistema, com aportes de origens diversas; renegociar o vale-transporte para torná-lo fonte de recursos para financiar o sistema como um todo e lutar no âmbito federal para tornar concreto o direito social ao transporte, previsto na Constituição;
 - Auditar e renegociar os contratos existentes de modo a viabilizar a implantação da Tarifa Zero. Enquanto isso, avançar numa política tarifária que seja cada vez mais subsidiada e menos reguladora da demanda pelo sistema;
 - Dispor de estrutura e procedimentos para auditar com transparência e independência os contratos do sistema de transporte por ônibus. O modelo atual favoreceu as empresas em detrimento dos interesses sociais, como, por exemplo, na forma de remuneração por “produtividade”, que é, na realidade, por maior lotação nos veículos;
 - Por conta da pandemia, desinfetar os ônibus e dimensionar as ordens de serviço de operação para que se tenha uma ocupação máxima de um passageiro em pé por metro quadrado;
 - Manter a política de redução de velocidades, comprovadamente eficaz na redução do número de acidentes e da mortalidade no trânsito;
 - Alargar calçadas, priorizando a mobilidade ativa;
 - Planejar e aumentar segurança e qualidade do transporte de bicicletas, investindo na criação e integração entre ciclovias, terminais de ônibus, estações do metrô e os demais modais;
 - Garantir infraestrutura de suporte para ciclistas na cidade, como bicicletários cobertos, no entorno das estações desses transportes;
 - Integrar os bicicletários com o sistema de Bilhete Único da cidade de São Paulo;
- Revisar e aumentar o tempo das integrações com maior facilidade para emissão do Bilhete Único;
- Discutir a implementação do escalonamento de horários de atividades na cidade como método para reduzir a concentração de pessoas em horários de pico;
 - Acelerar o processo de substituição da frota por veículos elétricos ou de outras energias limpas;
 - Concentrar na SPTrans todos os controles do serviço;
 - Criar linhas que circulem dentro dos bairros, diurnas e noturnas. Ônibus noturnos são fundamentais para permitir usufruir tudo o que a cidade proporciona;
 - Incentivo à economia solidária local, contribuindo para reduzir o fluxo pendular casa/trabalho;
 - Ampliar a conexão Wi-Fi nos ônibus, terminais e corredores;
 - Ampliar corredores de ônibus com a infraestrutura necessária, pontos de ultrapassagem e

paradas;

- Estabelecer políticas que visem a denúncia, o combate e a eliminação de práticas de assédio sexual contra as mulheres nos transportes públicos;
- Os aplicativos de mobilidade permitem uma forma de renda para muitas pessoas em situação de pandemia e recessão. É preciso, porém, garantir direitos trabalhistas aos motoristas explorados por empresas que, por sua vez, utilizam a cidade e seu viário como capital para seu negócio e devem aumentar a sua contribuição para sua manutenção.

14 MULHERES E IGUALDADE DE GÊNERO

A pandemia de Covid-19 evidenciou a situação de vulnerabilidade a que as mulheres estão expostas em São Paulo. Durante o período de quarentena, houve um aumento de 44,9% da violência contra as mulheres, segundo a Polícia Militar. Também foi registrado um aumento de 46,2% nos casos de feminicídio, demonstrando que as mulheres paulistanas estão convivendo com uma verdadeira pandemia de violência doméstica. Não podemos descartar os elementos econômicos por detrás desses dados: de acordo com o IBGE, mais mulheres perderam seus empregos durante a pandemia (14,5%) do que os homens (10,2%), e sabemos que a falta de autonomia econômica é fator chave para deixar as mulheres em situação de violência mais vulneráveis a seus agressores. A média de salário das mulheres no município é cerca de 14% inferior à média do salário dos homens.

Temos o compromisso inequívoco com a luta pelos direitos das mulheres e combate à violência de gênero. As desigualdades de

gênero são um problema social grave que impede o exercício pleno da cidadania na cidade de São Paulo e se manifesta de diferentes formas nas vidas das mulheres. Todas devem ser tratadas pela Prefeitura de forma transversal, considerando o conjunto das políticas públicas. Para que as nossas propostas sejam possíveis, é imprescindível a criação imediata de uma Secretaria de Políticas para Mulheres e Igualdade de Gênero com orçamento próprio e autonomia para liderar a construção dessas soluções. Essa secretaria deve ser apoiada por um conselho popular de mulheres, a ela subordinada, e que desempenhe um papel consultivo no manejo do orçamento e das ações de forma complementar ao orçamento participativo deliberativo geral.

Nosso objetivo é fazer com que as políticas públicas municipais sejam um recurso para que a qualidade de vida seja assegurada enquanto construímos um mundo mais justo e igualitário para todas.

PROPOSTAS

PARA SAÚDE

- Criar uma formação permanente para servidores da área de saúde com viabilização de um atendimento humanizado e que leve em consideração a diversidade em relação a gênero, sexualidade e questões étnica-raciais;
- Criar um protocolo municipal de atendimento e acolhimento ao aborto legal, complementar ao do SUS, com a ampliação de profissionais com atuação específica para realizar o atendimento;
- Assegurar passe livre para gestantes e mulheres com crianças de colo de até 2 anos;
- Promover concursos públicos e capacitação dos profissionais da saúde para apoio à amamentação, casas de parto e puerpério mediante medidas afirmativas e respeitando as proporções de gênero e raça dos territórios atendidos;
- Desenvolver protocolos para amamentação e aleitamento; planejamento reprodutivo e prevenção de ISTs, inclusive para adolescentes; e garantir de acesso a diversas formas de contracepção e profilaxia de ISTs.
- Disponibilizar gratuitamente absorventes íntimos em UBS e escolas municipais.

PARA SEGURANÇA E VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO

- Criar o Dossiê Mulher Municipal;
- Criar protocolo e sistema centralizados de atendimento à violência e articulados a todos os equipamentos já existentes, inclusive de saúde, ampliando e investindo também nos equipamentos da rede de enfrentamento à violência, com garantia de administração direta;
- Garantir sala em equipamentos de saúde para acolhimento inicial de vítimas de violência;
- Promover concurso público para ampliação do efetivo feminino da GCM capacitado no combate à violência, ampliando o programa Guardiã Patrulha Maria da Penha;
- Garantir que a Guardiã Patrulha Maria da Penha esteja conectada às políticas de segurança 24 horas para todos os serviços que atendem mulheres em situação de violência, haja vista as ameaças feitas pelos agressores aos estabelecimentos e às profissionais que permanecem no mesmo território do agressor;
- Garantir equipamentos públicos que prestam atendimento a vítimas de violência e treinamento continuado de pessoal;
- Divulgar de maneira ampla como mulheres migrantes, vendedoras ambulantes, em situação de rua ou com deficiência podem denunciar e buscar amparo em situações de violência;
- Adequar equipamentos de saúde para atendimento de crianças e adolescentes em situações de violência.

PARA EDUCAÇÃO, TRABALHO E RENDA

- Garantir a prioridade de vítimas de violência doméstica no acesso à renda, programas de habitação e sociais e vagas em creches;
- Criar programas de apoio às trabalhadoras autônomas, respeitando as suas reivindicações;
- Construir hortas, lavanderias e restaurantes comunitários subsidiados, territoriais e próximos a terminais e escolas, priorizando localidades periféricas;
- Ampliar vagas e flexibilizar horários de creches, incluindo o acolhimento noturno e a criação de centros de recreação públicos em pontos estratégicos;
- Criar a Lista Suja do Machismo, com denúncias de empresas que pagam salários inferiores para mulheres nos mesmos cargos que homens.

PARA MOBILIDADE, HABITAÇÃO, CULTURA E DIREITO À CIDADE

- Garantir que as mulheres estejam representadas em diretorias na área da cultura e comissões avaliadoras de editais e premiações, priorizando a produção e acesso de mulheres negras, indígenas e periféricas;
- Criar um sistema unificado de denúncia de violência no transporte metropolitano e capacitar funcionários para prestação de auxílio a passageiras;
- Criar linhas de ônibus que não sejam radiais, funcionem 24h e tenham horários programados e confiáveis;
- Garantir a parada do ônibus fora do ponto nos horários noturnos;
- Criar programas habitacionais com subsídio e financiamento proporcional à desigualdade salarial, garantidos eletrodomésticos essenciais.

15 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Nossa proposta é a efetivação de políticas públicas consonantes com as mais recentes tendências mundiais, que colocarão o município de São Paulo na vanguarda da

inclusão, do empoderamento e do protagonismo da pessoa com deficiência.

PROPOSTAS

NA HABITAÇÃO

- Garantir o acesso a todas e todos e a correta observação das normas da ABNT de acessibilidade e “desenho universal”, bem como o Decreto Federal 5296/04 nos projetos habitacionais e urbanos, nos ambientes internos e em áreas comuns.

TRABALHO E RENDA

- Garantir trabalho e renda em condições dignas e suficientes para todas e todos, estimulando o cumprimento de programas de inclusão de pessoas com deficiência no mundo formal do trabalho, bem como no emprego apoiado e em “reserva de vagas” nos concursos públicos.

NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Implementar projetos e programas de proteção públicos e inclusivos (centro-dia, abrigo, residências inclusivas, assistivas, atendimento domiciliar multidisciplinar e atendimento ambulatorial e hospitalar adequados), voltados principalmente às pessoas com deficiência que não tenham suporte familiar ou independência pessoal e social, bem como serviços de informação, orientação e apoio sobre os benefícios previstos garantidos pela legislação;
- Acolher de maneira inclusiva as mulheres com deficiência nos Centros de Cidadania e Referência das Mulheres, com equipe multidisciplinar preparada para atender este público;

NA CIDADANIA E DEFESA DE DIREITOS

- Adequar os levantamentos censitários (macro e microdados) de pessoas com deficiência, bem como de organizações governamentais e não governamentais que realizam trabalhos voltados ao segmento de modo a ampliar a rede e o acesso das pessoas a recursos que favoreçam sua inclusão social plena;
- Implantar ações que promovam a emancipação da pessoa com deficiência, sobretudo negras e negros, mães atípicas e cuidadores, tais como programas de reabilitação e oficinas de micro-acessibilidade, particularmente em áreas periféricas e de maior vulnerabilidade, com vistas a incentivar a participação comunitária e social, ampliando o exercício da cidadania e da inclusão;
- Efetivar a participação de pessoas com deficiência nos espaços de controle social já existentes e aprimorar os conselhos de políticas e de direitos, bem como criar fóruns populares e conselhos de orçamento;
- Enfrentar a violência contra as mulheres com deficiência com equipamentos como CCM, Delegacias, CRM em condições adequadas para atender as especificidades das deficiências.

NA SAÚDE

- Implementar ações de informação e capacitação para profissionais de toda a rede para ampliar o foco das diversas abordagens funcionais e de saúde da pessoa com deficiência;
- Garantir o provimento e a adequação de tecnologias assistivas que ampliem as possibilidades de independência e de inclusão das pessoas com deficiência;
- Ampliar a rede do CER – Centro Especializado de Reabilitação a partir dos indicadores populacionais por distrito;
- Adequar todas as UBS – Unidades Básicas de Saúde para possibilitar o atendimento integral da pessoa com deficiência;
- Ampliar e aprimorar os serviços de distribuição e concessão de órteses, próteses e aparelhos auxiliares em toda a rede de atendimento primário;
- Adequar os serviços CEO – Centro Especializado de Odontologia para o atendimento da pessoa com deficiência;
- Implementar política especializada de atendimento para a saúde da mulher com deficiência no que se refere à acessibilidade tecnológica, respeitando suas individualidades e peculiaridades.

NA COMUNICAÇÃO

- Garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência a todas as formas de comunicação, projetos, programas, páginas de Internet e serviços oferecendo as tecnologias necessárias, como a Comunicação Ampliada, Aumentativa e Alternativa, e respeitando as especificidades e necessidades próprias inerentes à cada deficiência.

NA EDUCAÇÃO

- Implementar e aprofundar de maneira radical a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva com o devido Apoio Educacional Especializado (AEE). Garantir o pleno acesso e a permanência de educandos com deficiência na rede pública de ensino, proporcionando os apoios necessários às pessoas e à comunidade escolar.

ESPORTE, CULTURA E LAZER

- Garantir que equipamentos, espaços e serviços culturais, esportivos e de lazer, públicos ou privados, sejam totalmente acessíveis em termos arquitetônicos, tecnológicos, de comunicação e atitudinais.

TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

- Implementar políticas de acessibilidade plena no transporte coletivo, à luz da legislação vigente, de modo a garantir a autonomia das pessoas com deficiência;
- Garantir a efetiva aplicação da legislação de acessibilidade em edificações de uso público e multifamiliar, além dos espaços urbanos, a começar pelas regiões periféricas, que são as menos acessíveis (criar o Programa Periferia Acessível);
- Implementar a sinalização sonora dos semáforos de pedestres da cidade.

16 PLANEJAMENTO TERRITORIAL E HABITAÇÃO

São Paulo, a cidade mais rica do País, apresenta também os maiores níveis de desigualdade relacionados à infraestrutura e equipamentos urbanos, o que faz com que haja bairros em que a expectativa de vida é de 81 anos, como Moema, e bairros onde se vive em média apenas 57 anos, como Cidade Tiradentes. Pelo menos 25% da nossa população não tem acesso a uma moradia adequada, sendo que 25.000 pessoas não têm moradia nenhuma e vivem nas ruas. Ao mesmo tempo, são mais de 300 mil os domicílios vazios, muitos deles em edifícios abandonados.

Os escorregamentos em encostas e as inundações se repetem todos os anos causando mortes e destruição, principalmente nos bairros populares, situação que tende a se agravar nos próximos anos devido à crise climática que já estamos vivendo, com chuvas cada vez mais fortes e períodos secos cada vez mais severos. Os serviços de água e esgoto, operados pela Sabesp, não atendem de forma adequada à população

mais vulnerável, nas periferias, na área rural e em situação de rua. Em muitos bairros populares os cortes de água são diários. O serviço público de manejo de resíduos sólidos é, desde 2004, concessão de dois grupos empresariais que garantem enormes lucros para si, operando um sistema que joga nos aterros sanitários 97% dos resíduos gerados, produz gases de efeito estufa e deixa de gerar riqueza com a reciclagem e a compostagem. Além disso, não podemos esquecer que São Paulo não é toda urbana. A manutenção da zona rural, instituída pelo Plano Diretor, é essencial para a produção de alimentos e de água e para a manutenção de paisagens diversas. São territórios atacados pelo mercado imobiliário e por loteamentos clandestinos. Entendendo que o planejamento territorial serve para resolver todos esses problemas, e não, como tem sido feito atualmente, apenas para gerar grandes negócios imobiliários, são propostas as seguintes ações estratégicas:

Política territorial

- Inverter a prioridade na alocação dos investimentos, colocando mais recursos nos bairros mais carentes e estabelecendo processos participativos de planejamento, aplicação e controle desses recursos;
- Elaborar os Planos de Bairro, instrumento que articula os investimentos de forma atacar as carências de infraestrutura, moradia, serviços e equipamentos sociais e avançar no desenvolvimento das economias locais;
- Rever os Projetos de Intervenção Urbana e as Parcerias Público Privadas, de forma a garantir o interesse público e evitar a expulsão de milhares de moradores de territórios populares;
- Adequar, rever e aprimorar a legislação de ordenamento territorial vigente, como Plano Diretor, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Outorga Onerosa e outros instrumentos

urbanísticos) e a legislação de ZEIS, entre outras, garantindo que não ocorram retrocessos dos avanços alcançados, além de reformular e fortalecer as instâncias de gestão da política urbana e habitacional na cidade, visando principalmente a descentralização administrativa, o desenvolvimento sustentável sobretudo nas regiões periféricas e garantia da função social da propriedade;

- Ampliar, democratizar e descentralizar as instâncias de participação da sociedade civil, na gestão da política urbana e habitacional na cidade;
- Investir na agricultura urbana como estratégia de segurança alimentar e estruturar uma política de desenvolvimento rural e agroecologia que busque aliar geração de emprego e renda, preservação ambiental e inserção dos jovens, mulheres e comunidades tradicionais de maneira a: consolidar a assistência técnica rural; ampliar as políticas de compras públicas; incentivar os circuitos curtos de comercialização dos produtos e a oferta de microcrédito aos agricultores familiares e pequenos empreendedores rurais; apoiar a formação e fortalecimento das cooperativas e outras formas de associativismo; investir na regularização fundiária e garantia da posse para os agricultores e comunidades tradicionais; e atuar na mediação de conflitos de uso da terra, em especial naquelas sob gestão de concessionárias;
- Consolidar os polos ecoturísticos nas regiões ambientalmente sensíveis e nas áreas rurais;
- Fomentar a articulação das políticas públicas na região metropolitana, investindo em projetos de desenvolvimento sustentável e recuperação ambiental e urbana em escala metropolitana, e atuar ativamente nos fóruns ambientais e de recursos hídricos com vistas à adaptação à crise climática, à segurança hídrica e à utilização racional das águas.

Saneamento, drenagem, resíduos e redução de riscos:

- Combater a privatização do saneamento e defender o exercício da titularidade municipal, exigindo da Sabesp o fornecimento de água sem intermitência; a expansão da tarifa social; o fornecimento de água nos assentamentos precários, área rural e para a população da rua; e a manutenção de fornecimento mínimo de água aos moradores inadimplentes por incapacidade de pagamento;
- Investir nas ações de saneamento, sobretudo na coleta e tratamento de esgotos, principalmente nas áreas de proteção dos mananciais, nas periferias e na zona rural da cidade, inclusive por meio de tecnologias e processos alternativos de tratamento local;
- Alterar o atual processo de tratamento de resíduos sólidos de maneira a aumentar significativamente as taxas de recuperação, ampliando os espaços para participação dos cidadãos em seus domicílios ou em hortas comunitárias, e alavancar pequenos negócios com embalagens e resíduos orgânicos recicláveis;
- Implementar, com a participação da sociedade civil, um Plano Municipal de Drenagem urbana sustentável prevendo não só a redução do impacto das enchentes em toda a cidade, como também a recuperação e proteção dos recursos hídricos, incluídas as águas de chuva, adotando, sempre que possível, medidas não estruturais e soluções baseadas na natureza;
- Estruturar o programa municipal de gestão de riscos, com ações de prevenção e redução das ocorrências de deslizamentos e enchentes, garantindo a participação da população afetada, tanto na solução das situações, quanto no seu atendimento.

Habitação

- Viabilizar recursos e assistência técnica para implantação de infraestrutura, urbanização, regularização fundiária e serviços urbanos nas favelas e comunidades por meio de intervenções de caráter participativo;
- Ampliar o investimento municipal e apoio à produção habitacional de interesse social nas regiões dotadas de infraestrutura urbana, serviços sociais e empregos, priorizando a auto-gestão;
- Garantir o cumprimento da função social da propriedade nos imóveis ociosos, públicos ou privados, sobretudo àqueles localizados em regiões mais bem dotadas de infraestrutura, destinando-os à produção de HIS;
- Implantar o serviço de moradia para atendimento da população em situação de rua e um programa de parceria público popular para regularização das ocupações nos prédios públicos da área central;
- Investir em projetos de desenvolvimento sustentável e recuperação ambiental e urbana em escala metropolitana, articulando as diversas políticas públicas, contemplando o provimento de infraestrutura básica e serviços urbanos, promovendo projetos de construção e infraestrutura sustentável e ações de regularização fundiária de interesse social, observadas as diretrizes de proteção ambiental;
- Estruturar o Núcleo de Mediação de Conflitos Fundiários, buscando a conciliação nas ações que envolvem despejo e reintegração de posse;
- Implementar e adequar, de forma participativa, o Plano Municipal de Habitação, juntamente com a reestruturação e descentralização da gestão da política habitacional na cidade, feita pela Secretaria de Habitação e Cohab.

17

POLÍTICA DE DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS

A cidade de São Paulo, com toda sua desigualdade, assim como diversidade social e cultural, possui um consumo elevado de drogas lícitas e ilícitas. Essa é uma questão que envolve aspectos culturais, sociais e econômicos, e não pode ser tratada com base apenas em preconceitos. A política de guerra às drogas que orienta os governos, inclusive de Bruno Covas, é um verdadeiro desastre. Não existe guerra contra uma substância, apenas contra pessoas. A lógica de não tratar a questão do consumo de drogas como um problema de saúde pública apenas permite que, em nome da guerra às drogas, se pratique o controle social da população periférica com o genocídio da juventude negra. Claro que, dentro de toda essa diversidade de usos e contextos, também há problemas de uso abusivo, com todas as enormes dificuldades envolvidas, pessoais e coletivas. Da mesma forma, toda a violência e abusos do tráfico também não podem ser desconsiderados. Na gestão Boulos e Erundina teremos como ponto de partida os direitos humanos e as políticas de redução de danos.

A Política Municipal sobre Álcool e Outras Drogas, sancionada no ano passado pelo prefeito Bruno Covas, foi pensada em parceria com o projeto Redenção, do governador João Doria. Bem ao gosto dos tucanos, alega fugir da "polarização ideológica", mas acaba,

na prática, rejeitando os princípios da redução de danos. O foco principal de atuação da prefeitura é a região da Luz, conhecida como Cracolândia. Os resultados são, visivelmente, um fracasso total. A prefeitura vem desmontando os serviços do local, ao mesmo tempo em que força mudanças urbanísticas na região, com despejos e remoções. O fechamento das redes de apoio produz mais confusão na região, com os usuários espalhados e aumento da violência (amplificada pelo uso da GCM como polícia). Essa tentativa absurda de deslocar o "fluxo" dos usuários de crack para outra parte da cidade é a prova dos interesses e da inabilidade da prefeitura. A preocupação, fica claro, não é cuidar das pessoas, mas apenas removê-las para atender aos interesses imobiliários na região.

A política de drogas precisa ser ampla, e incluir outras substâncias, lícitas e ilícitas. O álcool segue como a droga mais usada e com o maior número de casos problemáticos (desde problemas de saúde até o aumento da violência doméstica contra as mulheres), e precisa de um tratamento especial da Prefeitura. Para levar adiante uma política de drogas solidária na cidade, baseada nos princípios dos direitos humanos e da redução de danos, é necessário ampliar a atuação do governo, fortalecendo o SUS e as redes de CAPS-AD.

PROPOSTAS

- Retomar e aperfeiçoar o programa De Braços Abertos;
- Dar fim à política de internação compulsória;
- Fortalecer políticas de drogas intersetoriais pautadas no tratamento voluntário, com foco na redução de danos e geração de renda, que não criminalizem os usuários;
- Criar um banco de dados integrado entre Secretaria de Saúde, de Segurança Urbana e Assistência e Desenvolvimento Social que permita um olhar global e humanizado;
- Promover a integração dos Conselhos de Direitos (Assistência Social, Idoso, Criança e Adolescente, Saúde, de Políticas sobre Drogas e Álcool, Juventude, de Atenção à Diversidade Sexual, da Pessoa com Deficiência, Participativo Municipal, Transporte e Trânsito), do Comitê Intersetorial da Política Municipal de População em Situação de Rua, dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos Participativos de cada subprefeitura para aprimoramento da intersectorialidade das políticas no atendimento dos usuários e suas respectivas famílias;
- Criar programas de moradia popular e trabalho para usuários de drogas em tratamento;
- Elaborar diagnóstico socioassistencial e socioterritorial para implementar políticas públicas regionais através de equipes específicas de vigilância socioassistencial;
- Ampliar e qualificar a rede de CAPS-AD;
- Elaborar campanhas de redução de danos;
- Implementação de centros de convivência, cuidado integral e direitos humanos para pessoas vulneráveis pelo consumo de drogas;
- Elaborar protocolos de atuação para a GCM que respeitem os direitos humanos (ver mais no eixo “Segurança Pública e Direitos Humanos”).

18 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

É preciso, em primeiro lugar, estancar e coibir as várias formas de violência contra a população em situação de rua - seja a violência policial, seja por parte de segurança privada, sejam ainda o descaso e a péssima qualidade dos serviços e atendimentos nos equipamentos estatais e/ou geridos pelas Organizações Sociais. O último censo municipal, em 2019, registrou 24.344 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, sendo 11.693 em situação de acolhimento em albergues e 12.651 que dormiam nas ruas. Nas ruas, 47,6% das

pessoas se autodeclararam pardas, 28% brancas, 21,7% pretas, 1,7% indígenas e 0,9% amarelas. Quanto a gênero/sexo, das quase 25 mil pessoas na rua, 15% se autodeclararam do gênero feminino e 85% masculino, sendo que deste universo 386 pessoas são transexuais, transgêneros e travestis. Em consonância com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, no que possa garantir os processos de participação e controle social, além dos princípios da igualdade e equidade, o respeito à dignidade da pessoa humana; o direito à con-

vivência familiar e comunitária; a valorização e respeito à cidadania; o atendimento humanizado e universalizado; e o respeito às condições sociais e diferenças de origem,

raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência, propomos:

PROPOSTAS

EM ACOLHIMENTO E MORADIA

- Implementar um programa de acolhimento e moradia em três etapas:
 - Abrigar toda a demanda da população em situação de rua em casas e equipamentos públicos;
 - Construir casas solidárias adequadas e suficientes que atendam a população em situação de rua integradas à política de geração de trabalho e renda e de assistência social, ampliando o atendimento à adolescentes e jovens;
 - Implantar o serviço de moradia para atendimento da população em situação de rua e um programa de parceria público popular para regularização das ocupações nos prédios públicos da área central, garantindo o cumprimento da função social da propriedade conforme preceitua a Constituição Federal nos imóveis ociosos, públicos ou privados;
- Implementar uma política de habitação adequada no intuito de coibir ações de despejos e desapropriações, em atenção especial aos movimentos de moradia;
- Adequar os centros de acolhida para pessoas em situação de rua conforme tipificação nacional do SUAS, atendendo às diversas demandas dos setores que vivem nas ruas;
- Criar política municipal de atendimento à população de rua e participação social, com reconhecimento dos fóruns e formas de organização já existentes da população de rua como os interlocutores legítimos;
- Fomentar a participação da população (com indicação de representação da população rua) nos conselhos municipais e espaços consultivos e deliberativos das secretarias e conselhos municipais que desenvolvem ações voltadas à população em situação de rua;
- Criar políticas de fomento e incentivo a práticas de comunicação (jornais, revistas, produção audiovisual) e cultura nas ruas.

NA SAÚDE E NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Regularizar a frequência de elaboração do censo da população de rua e a implementação de metodologias em parceria com as entidades de representação da população de rua e suas parceiras;
- Ampliar centros dedicados ao atendimento à população em situação de rua para as regiões da cidade onde há demanda;
- Criar, ampliar e reformular serviços especializados a públicos como famílias (parentais ou não), LGBTI+, casais com e sem filhos, migrantes, egressos do sistema prisional, pessoas em sofrimento mental, trecheiros, pessoas com animais e carroceiros;

- Ampliar os equipamentos e as equipes dos Consultórios na Rua;
- Aprimorar o fluxo de atendimento de saúde com atenção especial para Infecções Sexualmente Transmissíveis;
- Aprimorar o fluxo de atendimento de saúde com atenção especial para políticas voltadas à questão da saúde mental e luta antimanicomial;
- Ampliar o atendimento à população migrante com especial atenção às suas especificidades e à vulnerabilidade advinda dos desafios relacionados a falta de documentação, xenofobia, dificuldade de acesso à moradia, dificuldade de validação de certificados profissionais e demais entraves ao exercício da cidadania.

NO ENFRENTAMENTO E COMBATE À VIOLÊNCIA DE POLICIAL E INSTITUCIONAL

- Dar fim aos rapas e às abordagens da GCM para recolhimento dos pertences dos locais de moradia e de estada da população de rua, com desligamento dos servidores envolvidos em ações violentas;

19 SAÚDE

São Paulo, maior e mais rica cidade do Brasil, é extremamente desigual sob aspectos sociais, raciais e de gênero, entre outros, que se alicerçam tanto nas condições de vida (expectativa de vida, moradia, trabalho) quanto no acesso e qualidade dos serviços de saúde (atendimentos básicos e especializados, exames etc.). A cidade é um dos piores exemplos do mundo no combate à Covid-19 e registra grande mortalidade nas periferias. Nessas regiões, a prevenção à doença não foi e segue não sendo realizada por falta de apoio governamental a questões como a necessidade de sair de casa para trabalhar (o ideal seria criar mecanismos que permitissem às pessoas ficar em suas casas), moradias precárias e acesso desigual

ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em síntese: a política pública não existiu para parte da população paulistana e milhares de mortes poderiam ser evitadas. A cidade expressa conflitos centrais na consolidação do SUS que vêm sendo reforçados pelo cenário nacional que combina corte de recursos (congelamento dos gastos sociais), propagação da violência e banalização da morte e ataques às políticas do SUS como Atenção Básica e Vigilância em Saúde, entre outras ações. Neste cenário, a reestruturação e o enxugamento da rede de saúde municipal realizados pela gestão Dória/Bruno Covas enfraqueceram o SUS, privatizaram a gestão de serviços assistenciais e congelaram/cortaram o

orçamento em áreas críticas e prioritárias da cidade.

Assim, este Programa de Saúde se baseia na garantia e melhoria das condições de vida e acesso para a população periférica, bem como no combate às desigualdades históricas na distribuição de recursos para

a saúde ao fortalecer a Atenção Básica de um SUS público, gratuito, universal e que se organize considerando as particularidades de atendimento às mulheres, pessoas com deficiências, LGBTI+, negras, negros e indígenas.

PROPOSTAS

PARA COMBATER A DESIGUALDADE NA SAÚDE E NO COMBATE À COVID-19

- Manter os atendimentos presenciais com medidas de proteção individual com linha de cuidado específica para os estágios da infecção pela Covid-19;
- Intensificar os atendimentos não presenciais por Centrais de Teleatendimento, com identificação de caso, orientações emergenciais e assistência remota para garantir consultas virtuais ou domiciliares;
- Reverter o desmonte da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA) do município para maior controle e ação frente à pandemia;
- Garantia de testes em quantidade suficiente a toda população na cidade de São Paulo.

PARA FORTALECER A ATENÇÃO A SAÚDE E GARANTIR A INTEGRALIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE

- Garantir o encaminhamento da Atenção Básica para exames e procedimentos a partir de uma triagem de prioridades em 3 níveis. Prioridade 1: todos os casos devem ser atendidos em até 48 horas; prioridade 2: atendimento em até 2 semanas; prioridade 3: atendimento em até 1 mês;
- Garantir que, independentemente da gravidade, exames e procedimentos devem ser feitos no máximo em até 1 mês.
- Garantir a Atenção Básica como modalidade prioritária de acesso aos serviços de saúde e estruturá-la segundo problemas de saúde de maior prevalência, incidência e importância social nas mais diversas formas (Estratégia Saúde da Família, Núcleos de Apoio à Saúde da Família, Saúde Bucal, Saúde Mental, entre outras);
- Ampliar a rede de serviços hospitalares e de urgência e emergência (SAMU, UPA e PS) para superar os vazios de ofertas assistenciais e as desigualdades de acesso nas periferias;
- Distribuir regionalmente leitos públicos, incluindo unidades intermediárias e de terapia intensiva com um mecanismo de referência para cada território. Todos os distritos devem ter

sua referência de atenção terciária e secundária estabelecidas;

- Reabrir hospitais fechados ou promover a abertura completa dos que estão com funcionamento parcial, como é o caso do Hospital Sorocabana, Hospital Menino Jesus e Hospitais de Brasilândia e Parelheiros;
- Universalizar o atendimento odontológico na atenção básica, com a ampliação de equipes;
- Ampliar os Centros Especializados de Reabilitação de acordo com a demanda territorial;
- Fortalecer os serviços de IST/AIDS do município, com abertura de concurso público para reposição profissional;
- Garantir distribuição ininterrupta de medicamentos nas unidades básicas de saúde, bem como de insumos para pacientes diabéticos e propor junto ao governo do estado a descentralização do serviço de Farmácia de Alto Custo.
- Reativar os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e torná-los articulados com demais serviços da saúde, assistência social e previdência (INSS);
- Organizar uma Rede de Formação em Saúde Pública que envolva todos os serviços de saúde municipais e instituições de ensino focado na formação técnico-política dos profissionais com restabelecimento do Centro de Formação e Desenvolvimento dos Trabalhadores da Saúde (CEFOR).

PARA O ACOLHIMENTO E CUIDADO DA SAÚDE MENTAL E DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

- Ampliar os CAPS-II Adultos, AD e IJ existentes para modalidades tipos III para garantir acesso 24h e maior resolubilidade dos casos, assim como as equipes de Consultórios na Rua;
- Expandir as Unidades de Acolhimento Adulto e Infanto-Juvenil, com a criação de unidades para pessoas trans e gestantes usuárias de drogas;
- Organizar e ampliar os leitos de saúde mental nos hospitais gerais de forma descentralizada no território paulistano;
- Consolidar e expandir os Centros de Convivência e Cooperativa (CECCO) com foco na promoção da saúde, da autonomia, cidadania e fortalecimento do sentido de vida às pessoas;
- Garantir a educação permanente com supervisão técnico-institucional em todos os serviços nas bases da Reforma Psiquiátrica, da redução de danos e de uma sociedade sem manicômios.

PARA GESTÃO, ORÇAMENTO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Instituir Distritos da Saúde vinculados às subprefeituras e que contenham unidades de referência (hospitais gerais, pronto-atendimentos com bases do Samu, ambulatórios de especialidades, Centros Especializados de Reabilitação e Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, para além dos serviços de Saúde Mental e Atenção Básica);
- Construir uma Gestão Popular do SUS, democrática e formativa, com movimentos sociais e

de territórios por meio de Conselhos Distritais Deliberativos;

- Ampliar o investimento em saúde acima de 20% da receita corrente bruta do município, para além do aumento de repasses federal e estadual;
- Estabelecer um plano para reverter a privatização da gestão ligada aos serviços de saúde, com revisão de contratos lesivos ao patrimônio público e que geram desassistência à população. Ampliar a fiscalização sobre os contratos vigentes, com participação popular, garantindo entrega do serviço contratado com qualidade ao usuário;
- Informatizar a Prestação de Contas por meio de sistema municipal;
- Contratar equipes de diferentes níveis dos serviços de saúde sob gestão pública e estatal, garantindo a continuidade do trabalho e dos vínculos empregatícios das equipes já em funcionamento. Realização de concurso público para médicos e outros profissionais de saúde nos diferentes níveis de assistência.

PARA A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

- Construir uma Faculdade de Medicina Municipal para formação de médicos oriundos da periferia de São Paulo e garantia de profissionais atuando nas regiões mais desassistidas da cidade;
- Construir um Programa de Residência Multidisciplinar em Saúde da Família que garanta ensino e assistência na Atenção Básica de São Paulo.

20 **SEGURANÇA ALIMENTAR**

A pandemia de COVID-19 vivenciada ao longo de 2020 evidenciou o quanto é desigual o acesso a alimentos em nossa cidade, bem como o quanto a promoção de alimentação adequada está associada a condições socioeconômicas. Considerando que o direito à alimentação está garantido na Constituição, cabendo ao Estado prover condições para sua execução, fica clara a situação de injustiça social vivida por grande parte das pessoas na cidade mais rica da América Latina.

Qual a liberdade de escolha que uma mãe moradora da periferia, e que trabalha no centro expandido da cidade, passando de 2 a 4 horas diárias no transporte público, tem com relação à alimentação da sua família? Em situações como essa, as escolhas práticas por alimentos pouco saudáveis pode ser a única alternativa. E o que dizer das pessoas em situação de rua? Alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em São Paulo necessita da articulação de diversas áreas da gestão pública municipal: saúde,

educação, assistência social, direitos humanos, agricultura, meio ambiente, cultura, desenvolvimento urbano e econômico, tudo em um amplo contexto de democratização do acesso à cidade. Os cientistas demonstram que vivemos uma sindemia que combina obesidade, desnutrição e

mudanças climáticas. As corporações capturam os governos de caráter hiperliberal para impor seus interesses e manter um sistema agroalimentar insustentável e desigual. Neste sentido, há um chamado para que a cidade de São Paulo se comprometa à realização do direito humano à alimentação adequada.

PROPOSTAS

- Reestruturar a Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB) instituindo o projeto Sacolão Popular com a finalidade de oferecer à população um acesso racional e eficaz para aquisição de gêneros alimentícios a preços mais baixos do que aqueles praticados, em média, no mercado. O abastecimento dos Sacolões será feito a partir do investimento da prefeitura com cooperativas de pequenos agricultores;
- Implementar o cinturão orgânico em São Paulo a partir de políticas de fomento à agricultura urbana e periurbana, promovendo assistência técnica de base agroecológica e camponesa;
- Fortalecer e ampliar a ocupação de espaços públicos e privados e provimento de recursos, estrutura e capacitação para hortas comunitárias, algo essencial para democratizar o alimento saudável;
- Consolidar uma política municipal de abastecimento popular e combate ao desperdício, com a implementação de feiras livres e de economia solidária, mercados públicos e sacolões, bancos de alimentos e sementes, entre outros. Investir na ampliação e descentralização desses espaços para atender áreas deficitárias, bem como garantir uma política de comércio justo e solidário;
- Destinar áreas de linhas de energia elétrica para agricultura familiar;
- Fornecer mudas e sementes para plantio urbano;
- Fortalecer os circuitos curtos de comercialização de alimentos, tendo como base as feiras de rua e mercados municipais, que devem dar espaço à comercialização diretamente da agricultora e agricultor familiar.
- Fortalecer a transição agroecológica e promoção do acesso à água potável e de qualidade.
- Deve-se propiciar estratégias que fortaleçam o Protocolo de Transição Agroecológica para a agricultura local, promovendo assistência técnica às famílias que intentam tal processo.
- Estimular a agricultura familiar e agroecológica na alimentação escolar, merendas, ampliando para a rede de equipamentos públicos socioassistenciais e de saúde. O programa municipal de alimentação escolar da cidade de São Paulo é um dos maiores e mais universais de todo o mundo. A taxa de terceirização da alimentação nas escolas públicas municipais, que chega a 51%, põe em risco políticas públicas já constituídas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, considerando que não se pode utilizar essa verba na rede terceirizada.
- Valorizar a participação social. Faz-se necessário implementar os componentes do Sistema Nacional de Segurança alimentar e Nutricional (SISAN), ao qual o município aderiu em 2013, bem como atualizar e implementar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, articulando-o com o de Desenvolvimento Rural sustentável e solidário e todos os que tenham interface.

21

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

A Revolução Solidária quer dar ao município o papel de protagonista nas questões de segurança pública por meio de políticas territoriais e transversais de prevenção à violência que fortaleçam a convivência solidária e a cultura de paz, especialmente nas periferias, e com envolvimento direto de secretarias sociais e comunidades locais. Vamos ampliar as políticas de proteção às mulheres, retomar e ampliar as políticas de redução de danos provocados pelo uso abusivo de drogas e realizar uma reforma urbana para melhor ocupar espaços públicos e criar espaços de lazer e convivência nas periferias.

Para isso, é fundamental pensar a formação da Guarda Civil Municipal (GCM). Queremos

que movimentos sociais participem da elaboração do planejamento pedagógico de cursos de formação de seus integrantes, e que esses cursos abordem temas como enfrentamento ao racismo estrutural, violência de gênero, lgbtfobia, machismo, xenofobia e violência contra a juventude e suas manifestações culturais, além de outros assuntos que reforçam a visão de segurança como um marco da proteção dos direitos humanos. Na segurança pública, não seremos indiferentes ao genocídio da juventude negra, que não pode ser ignorado nem naturalizado. Os princípios de cultura cidadã e segurança cidadã serão nortes para o nosso governo.

PROPOSTAS

PARA POLÍTICAS TERRITORIAIS E TRANSVERSAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

- Criar Programas de Prevenção à Violência e ao Crime nas Subprefeituras, envolvendo secretarias sociais e sociedade;
- Garantir abrigos sigilosos em redes de atendimento para pessoas em situação de violência doméstica ou exploração sexual;
- Viabilizar Centros de Convivência da Mulher para atendimento psicossocial e jurídico, abertos a todas as mulheres;
- Criar Centros de Recuperação do Homem Agressor para atendimento educacional e psicossocial;
- Oferecer formação em práticas da Justiça Restaurativa para quem trabalha nos serviços municipais;
- Aperfeiçoar o programa “De Braços Abertos”, ampliando políticas de redução de danos para áreas periféricas com alta incidência de uso abusivo de drogas;

- Garantir a atuação da Prefeitura em bailes funks e outras atividades culturais periféricas para construção de diálogo com as comunidades;
- Criar o Programa e Centro Municipal de Assistência Psicológica e Reparação a Vítimas da Violência;

PARA ZELADORIA E GESTÃO URBANA

- Aperfeiçoar a iluminação e a zeladoria de espaços públicos (ver mais no eixo “Zeladoria Urbana”);
- Realizar uma reforma urbana para ocupação de espaços públicos e enfrentamento a loteamentos irregulares realizados pelo crime organizado, exigindo o uso social dos imóveis e buscando a descentralização do espaço urbano com espaços de lazer e convivência nas periferias;
- Criar políticas de transporte público para regiões periféricas com ampliação de linhas de ônibus, funcionamento 24h e presença da GCM em terminais para prevenir furtos e roubos.

PARA A SEGURANÇA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS ESCOLAS

- Criar o Núcleo de Atendimento Integrado, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos, para adolescentes em situação de conflito com a lei e egressos do sistema prisional;
- Retomar o Programa de Segurança Escolar e criar o Observatório de Segurança Escolar, que irá integrar a GCM, o corpo docente e discente das escolas, a comunidade do entorno e as secretarias sociais para garantia de segurança e mediação de conflitos;
- Garantir que os abrigos para crianças e adolescentes separadas de suas mães e pais presos efetivem o direito à convivência familiar, de forma que consigam visitar os estabelecimentos prisionais, como previsto no artigo 19, par. 4o, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

PARA UMA GCM CIDADÃ E COMUNITÁRIA

- Criar Rondas Cidadãs de Policiamento Preventivo e Comunitário focadas no respeito à população, em especial às pessoas pobres, negras, trans e travestis, com ênfase na luta antirracista e na observância estrita da lei sobre os limites de abordagens pela GCM;
- Ampliar o Programa Patrulha Guardiã Maria da Penha para todas as regiões da cidade;
- Ampliar a Formação e o Programa de Mediação de Conflitos e de Justiça Restaurativa para todas as subprefeituras das regiões periféricas da cidade;
- Instituir o Programa de Formação Continuada em Direitos Humanos, Igualdade Racial e Direitos das Mulheres para agentes da Guarda Civil Municipal, garantindo a participação de movimentos sociais no planejamento pedagógico dos cursos de formação como política de combate ao racismo institucional e à violência promovida por agentes da GCM contra a população negra e indígena, impedindo-a de ser um agente auxiliar nos mecanismos de repressão e genocídio praticados pela Polícia Militar;

- Construir bases comunitárias da GCM em locais periféricos e garantir a presença desses agentes em parques públicos e unidades de saúde;
- Criar programa de saúde e bem-estar mental dos profissionais da GCM;
- Reforçar a Corregedoria da GCM como órgão autônomo e independente;
- Realizar concurso público para, em 4 anos, contratar ao menos 2.000 novos profissionais para a GCM, garantindo vagas para mulheres, negros e negras;
- Reforçar Inspetorias Regionais de Defesa Ambiental e ações conjuntas de fiscalização urbana e ambiental, em treinamento especializado com participação da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente;
- Revisar plano de cargos, salários e carreira para modernizar e valorizar a GCM.

PARA UMA JUSTIÇA RESTAURATIVA

- Promover o diálogo constante entre a rede municipal de serviços e as Defensorias Públicas Estaduais e da União para aperfeiçoar o encaminhamento dos casos de pessoas que buscam acesso a esses serviços e têm pendências com a justiça criminal, efetivando o acesso à justiça e evitando encaminhamentos que agravem a situação jurídica dessas pessoas;
- Conectar e articular a rede de atendimento municipal aos Centros Multidisciplinares de Atendimento da Defensoria Pública dos Estados, como forma de integrar o atendimento jurídico e social;
- Atender sem discriminação as pessoas que aguardam o julgamento do processo. A rede municipal não pode negar atendimento em razão da existência de um processo criminal em curso;
- Criar mecanismos municipais de fiscalização dos estabelecimentos prisionais, monitorando denúncias sobre as condições da população da cidade encarcerada, com um olhar mais atento a grupos especialmente vulneráveis como mulheres, pessoas idosas e com deficiência, população LGBT, migrantes e indígenas;
- Disponibilizar nos órgãos municipais vagas para prestadores(as) de serviços à comunidade, inclusive no período noturno e nos finais de semana, de forma a contemplar as pessoas que possuem trabalhos remunerados no horário comercial ou obrigações domésticas;
- Fiscalizar, articulado às Centrais Integradas de Alternativas Penais e Inclusão Social (CEA-PIS), os espaços de prestação de serviço à comunidade – sejam eles públicos ou privados –, de forma a combater práticas discriminatórias;

22

TRANSPARÊNCIA, PRESTAÇÃO DE CONTAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Constituição prevê o direito à participação social tanto na garantia de sua forma não institucionalizada, tendo como referência os direitos à liberdade de organização e manifestação, como também na sua forma institucionalizada, via conselhos, conferências, audiências públicas, entre outros. Além disso, ela cria instrumentos de democracia direta com os plebiscitos, referendos e elaboração de projetos de lei de iniciativa popular.

Porém, ainda há muito a se avançar. A participação popular nesses espaços é em sua maioria temática, fragmentando a busca de direitos de uma forma ampla e articulada; e muitas vezes meramente consultiva, reduzindo seu real impacto.

O orçamento público como um dos espaços de maior disputa das prioridades dos governos deve ser extremamente transparente e comprometido com a participação popular, tanto do lado das receitas quanto dos gastos públicos. Ainda, a sociedade deve poder participar das escolhas de alocação de recursos públicos nas leis orçamentárias, das justificativas para não execução orça-

mentária durante o ano e saber os efeitos distributivos e específicos dos gastos e investimentos públicos. Para assegurar esses direitos, a Prefeitura do Município de São Paulo divulgará, em formato aberto, dados sobre arrecadação e gastos de forma que qualquer cidadão possa entendê-los e analisá-los. Os dados orçamentários das secretarias de governo, das subprefeituras e demais órgãos públicos estarão à disposição de qualquer pessoa ou entidade, no portal da Prefeitura e nas sedes das secretarias e das subprefeituras.

Para articular as propostas de participação popular a estes dois fluxos é importante compreendê-las como estratégias para a criação do Plano São Paulo de Transparência e Participação Popular. O plano tem por objetivo sincronizar os diversos planos setoriais e articulá-los ao orçamento público e às diferentes instâncias de participação popular, e está estruturado em 5 eixos que organizam nossas propostas para esse capítulo do programa de governo.

PROPOSTAS POR EIXOS

CONTROLE POPULAR DA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

- Criar o Congresso da Cidade;
- Criar o Conselho Popular do Orçamento com realização do Orçamento Participativo nos 96 distritos da cidade para a elaboração de demandas, controle e fiscalização do orçamento público, em diálogo com o Tribunal de Contas do Município;
- Aplicar o Art. 137 da Lei Orgânica do Município para identificação dos gastos públicos por distrito;

CONTROLE POPULAR DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

- Regular o Art. 10 da Lei Orgânica do Município permitindo plebiscito para deliberações referentes aos gastos do governo municipal com obras públicas a partir de determinada monta ou com significativos impactos sociais e/ou ambientais;
- Criar sistema de aprovação das contas municipais pela sociedade civil via relatórios entregues dos Conselhos Populares do Orçamento;
- Dar transparência e garantir participação na autorização e no monitoramento de renúncias fiscais;

CONTROLE POPULAR DAS POLÍTICAS NOS TERRITÓRIOS

- Criar Planos Regionais de Desenvolvimento Socioeconômico articulando os diferentes planos setoriais, o Orçamento Municipal e o Programa de Metas às demandas e características do território (32 subprefeituras);
- Fortalecer os Conselhos Participativos Municipais garantindo recursos e fórum deliberativo junto do(a) subprefeito(a) de cada região;
- Criar Planos Regionais de Combate às Desigualdades, com metas e sob coordenação dos Conselhos Participativos Municipais.

GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRACIA DIRETA

- Regular o Art. 44 e 45 da Lei Orgânica do Município para garantir maior transparência e agilidade nos plebiscitos e facilitar os mecanismos de elaboração de Leis de Iniciativa Popular;
- Aprimorar as regulamentações infra estruturais dos Conselhos Setoriais;
- Fortalecer as Conferências Municipais Setoriais e as Plataformas de Interação Virtual, com foco na capacidade responsiva do governo;
- Garantir representatividade dos grupos mais vulneráveis da sociedade nos espaços de participação popular integrando, por exemplo, imigrantes, refugiados e suas famílias;
- Fortalecer conselhos ainda em construção, como o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e o de Povos Indígenas.

GESTÃO TRANSPARENTE E COMBATE À CORRUPÇÃO

- Garantir autonomia da Controladoria Geral do Município, com controle social;
- Criar o Diário Cidadão para melhor compreensão e monitoramento do Diário Oficial;
- Disponibilizar os instrumentos de transparência fiscal no formato previsto na LRF e em formato inclusivo;
- Criar a Política Municipal de Dados Abertos, considerando o decreto municipal da Lei de Acesso à Informação;
- Recuperar e avançar as Políticas de Governo Aberto na cidade de São Paulo;
- Fortalecer a Ouvidoria Municipal com o treinamento de atendentes, garantia de divulgação dos dados de reclamações e as estatísticas de atendimento.

23 TURISMO

A cidade de São Paulo recebe quase 16 milhões de turistas por ano, dos quais quase 3 milhões são estrangeiros. Em 2018, eles gastaram cerca de 12,9 bilhões de reais, o que permitiu uma arrecadação de 330 milhões de reais em ISS. O montante representa cerca de 1% de toda a receita de tributos que entra nos cofres da Prefeitura. Só a cidade de São Paulo representa cerca de 10% de todo o PIB do turismo no Brasil.

Dois marcos do turismo na cidade foram conquistas da gestão Luíza Erundina. O primeiro, a volta da Fórmula 1 para o Autódromo de Interlagos. O segundo, a construção do Sambódromo no bairro da Casa Verde, o início do movimento que faz da cidade, hoje, um dos destinos mais procurados para o Carnaval.

São Paulo dispõe da maior rede hoteleira da América do Sul, somando mais de 45 mil apartamentos. Quase metade dos turistas que visitam a capital vem a negócios, o que leva a outro número superlativo: o impacto econômico das feiras de negócios na cidade

é de mais de 16 bilhões de reais todos os anos.

A Avenida Paulista e o Parque do Ibirapuera são os atrativos mais procurados, não importa a nacionalidade. O terceiro destino mais procurado pelos brasileiros é a Rua 25 de Março, enquanto os estrangeiros visitam o Mercado Municipal. Gastronomia e compras são as duas principais atividades.

No entanto, quando se olha para o mapa da oferta turística na cidade, é possível notar que tudo está inteiramente concentrado nos bairros da região central. O dinheiro circula por poucos distritos e não por toda a cidade. Como eixo relevante da atividade econômica da capital, o turismo precisa espelhar a diretriz de promover oportunidade de emprego e renda de maneira descentralizada, chegando aos bairros da periferia. Isso se faz por dois caminhos principais: ampliando o número de empregos formais e priorizando a contratação de serviços da economia solidária.

PROPOSTAS

- Ampliar apoio às ações de promoção turística e de atração de novos eventos, nacionais e internacionais, estabelecendo, em contrapartida, a exigência de que 30% dos fornecedores e dos prestadores de serviços sejam cooperativas de trabalhadores cadastrados e/ou fomentados pela Prefeitura (ver mais no eixo Economia Solidária);
- Garantir que os contratos para eventos no Anhembi também obedeçam a mesma orientação, priorizando a economia solidária;
- Ampliar, também por meio de contrapartidas de empresas do setor turístico, programas de capacitação de profissionais das atividades mais demandadas durante a realização de eventos, sejam de negócios ou lazer;
- Manter a Fórmula 1 no calendário esportivo da cidade, garantindo - novamente a partir de contrapartidas contratuais - que os organizadores cumpram uma quota mínima de mão-de-obra proveniente das cooperativas da economia solidária;
- Oferecer, a partir dos Centros do Futuro, cursos de formação para jovens da periferia que buscam o primeiro emprego e poderão trabalhar nas quase 60 atividades profissionais ligadas à cadeia do turismo (ver mais no eixo "Juventude");
- Regular a atividade dos serviços de aplicativos de transporte particular e de entregas;
- Ampliar linhas de crédito para pequenos comerciantes e cooperativas da economia solidária (ver mais no eixo "Economia, Trabalho e Renda").

24 ZELADORIA URBANA

A cidade de São Paulo está abandonada. Todos os anos é a mesma coisa: a população sabe que basta a primeira chuva cair para que seja acrescida pelo menos 1 hora no trajeto entre trabalho e casa, ou vice-versa. E aqui não nos referimos apenas às enchentes, problema histórico da cidade, mas ao abandono da zeladoria que a Prefeitura deveria fazer, como, por exemplo, com a má prestação de serviços para manutenção e limpeza de bocas de lobo, galerias e ramais, ou com a falta de poda de árvore para evitar quedas que trazem problemas com fiação elétrica.

A ausência da prefeitura pode ser sentida no

conjunto de atividade e serviços que deveriam ser executados visando promover a limpeza, manutenção ou recuperação de áreas públicas, tais como varrição, limpeza de bueiros e calçadas, lavagem e varrição de calçadas e ruas, arborização, cata-bagulho, reformas, reparos e outras atividades da mesma natureza.

O abandono e descaso com a cidade de São Paulo se dá pela Prefeitura que vira as costas para a cidade, que desconhece os problemas e a realidade de cada região. Queremos recuperar o que o termo "zeladoria urbana" implica, ou seja, cuidar, zelar e fiscalizar São Paulo.

PROPOSTAS

- Ampliar a manutenção e limpeza de bocas de lobo, galerias e ramais. Em períodos de chuva, a presença de resíduos, entulhos ou qualquer outro objeto nas bocas de lobo, ramais e galerias contribui para os alagamentos da cidade;
- Ampliar os serviços relacionados às áreas verdes ajardinadas de forma que reduza a propensão ao surgimento de insetos. Os benefícios ambientais proporcionados, tais como a diminuição da poluição, do calor e do ruído, e maior permeabilidade do solo são essenciais à qualidade de vida;
- Ampliar os serviços de manutenção necessários para a redução de risco, incluindo, entre outras ações, o manejo adequado dos diversos tipos de resíduos, desobstrução dos sistemas de drenagem, limpeza e desassoreamento de córrego. Dessa forma evita-se a proliferação de insetos e roedores;
- Ampliar a Operação Cata-Bagulho. No lugar onde deveriam passar as principais galerias pluviais da cidade encontramos colchões, pedaços de madeira e até eletrodomésticos. De objetos sem uso, estes entulhos acabam se transformando numa das principais causas de enchente em São Paulo. A Operação Cata-Bagulho tem como objetivo de recolher objetos em desuso antes que sejam jogados nos córregos;
- Aperfeiçoar a iluminação e a zeladoria de espaços públicos;
- Consertar passeios, guias e muretas e ampliar as reformas de acessibilidade;
- Ampliar a varrição, lavagem de calçadas, troca de lixeiras e instalação de lixeiras especiais;
- Reparar danificações da sinalização de trânsito;
- Ampliação da substituição da fiação aérea por fiação subterrânea.



PREFEITO

BOULOS 50

ERUNDINA VICE



PRA VIRAR O JOGO!

2020

OUTUBRO/NOVEMBRO